



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 2/2021
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-04-2021**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2 da Sessão Ordinária de 30-04-2021

LOCAL - Grande Auditório do Centro de Artes e Espetáculos-----

DATA -30 de abril de 2021-----

INICIO - Quinze horas e vinte e cinco minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1.º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2.ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

MEMBROS - Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Luís Manuel Mendes RibeiroPS

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

Mário João Menezes PaivaPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

António Simões de JesusPS

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Leila Maria Fidalgo FerreiraPSD

Fausto Fernando Santos LoureiroPS

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Rosa Carlos Alves MaiaPS

Pedro Fernando Teixeira Alves MacedoPSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira LimaPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataINDEPENDENTE

(Buarcos e São Julião) José Manuel Matias TavaresPS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2 da Sessão Ordinária de 30-04-2021

(Ferreira-a-Nova)	Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos)	Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da CunhaPS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas)	Manuel da Conceição Rodrigues NadaPS
(Moinhos da Gândara)	Célia Catarina Querido OliveiraPSD
(Paião)	João Paulo Gonçalves PintoPS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos SalgueiroPS
(Tavarede)	Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares por Rosa Carlos Alves Maia, e Maria Bebiana Rafael Sampaio Marques por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares e Maria Bebiana Rafael Sampaio Marques.----

AUSÊNCIA

Victor Manuel dos Santos Madaleno.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

COMUNICAÇÃO DE PASSAGEM A DEPUTADO MUNICIPAL INDEPENDENTE DE MANUEL ANTÓNIO FERNANDES DOMINGUES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu conhecimento que o deputado municipal Manuel Fernandes Domingues comunicou a sua saída do grupo municipal do Partido Social Democrata, passando à condição de independente nesta Assembleia Municipal e, em consequência, mudou o lugar onde se costumava sentar. Informou, ainda, que o deputado municipal Manuel Fernandes Domingues também renunciou ao mandato na Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.”---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020 E 26 DE FEVEREIRO DE 2021

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Coloco para aprovação as atas das sessões ordinárias de 18 de dezembro de 2020 e 26 de fevereiro de 2021.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Victor Santos Madaleno, Susana Oliveira Monteiro e António Santos Salgueiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, deliberou:-----



1 - por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista, Lucília Marinho Cunha e Vitor Gonçalves Alemão, e da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2020;-----

2 - por maioria, trinta e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Pedro Alves Macedo, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

PEDRO ALVES MACEDO apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente na sessão de 26 de fevereiro de 2021."-----

1.2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

SEGUNDO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o(a):-----

- Cerimónia de assinatura de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito do «Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica e Ciclovia do Mondego»-----

- Cerimónia de assinatura de um Protocolo entre o Município da Figueira da Foz e a Associação de Protecção Animal da Figueira da Foz, tendo em vista a definição da concretização do projeto «Cidade - Abrigo para Gatos de Rua»-----

- Inauguração do Encontro Nacional de Veículos Elétricos-----

- Apresentação de dois Murais da autoria de Luís Soares-----

- Assinatura do Memorando de entendimento para a criação do Atlantic Geopark - Geoparque do Atlântico-----

Convites de:-----



- Junta de Freguesia de Maiorca para a Inauguração da Rota das Fontes de Maiorca
- Junta de Freguesia de Alqueidão para o seu 93.º Aniversário-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para as comemorações do seu 10.º Aniversário-----
- Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para Workshop - Produtos Endógenos, Gastronomia, Emprego e Formação - Fatores de Competitividade do Turismo-----
- Associação Desportiva Naval Remo para as Regatas inseridas no Campeonato Regional de Fundo de Remo-----
- Associação Desportiva Naval Remo para a Inauguração do Posto Náutico da Naval Remo, junto à Marina de Recreio-----
- Iniciativas Parlamentares e outras:-----
- Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 17 de março de 2021, do Projeto de Resolução N.º 953/XIV/2ª - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à utilização de artigos de higiene reutilizáveis destinados à primeira infância, e Projeto de Resolução N.º 1084/XIV/2ª - Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética, iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes-----
- Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 08 de abril de 2021, do Projeto de Lei N.º 72/XIV/1ª - Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo, iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes---
- Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 08 de abril de 2021, do Projeto de Lei N.º 748/XIV/2ª - Instrumentos de gestão do arvoredo em meio urbano, iniciativa do Partido Ecologista Os Verdes-----
- Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 15 de abril de 2021, do Projeto de Lei 775/XIV/2ª - Capacitação de Autarquias e Revisão de Critérios para a Gestão de Combustível, iniciativa do Partido Bloco de Esquerda;-----
- Comunicação do agendamento para discussão em plenário da Assembleia da República, no dia 15 de abril de 2021, do Projeto de Lei N.º 700/XIV/2ª - Procede à expansão do prazo para a limpeza das redes de gestão de combustíveis nos espaços florestais e impede que as coimas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho sejam duplicadas, iniciativa do Partido Ecologista Os



Verdes-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Só para comunicar à Assembleia Municipal que a Vereadora Ana Carvalho Oliveira, por motivos pessoais não pode estar presente nesta sessão."-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Como nenhum cidadão se inscreveu para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - VOTO DE SAUDAÇÃO - 25 DE ABRIL, 1.º DE MAIO E 45.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Foi entregue ontem pela Coligação Democrática Unitária, um Voto de Saudação - 25 de Abril, 1.º de Maio e 45.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Victor Santos Madaleno e António Santos Salgueiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto de Saudação - 25 de Abril, 1.º de Maio e 45.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa, apresentado pela Coligação Democrática Unitária, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - VOTO DE SAUDAÇÃO - 25 DE ABRIL, 1.º DE MAIO E 45.º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Uma curta semana após o 25 de Abril e na véspera do 47º



aniversário do primeiro 1.º de Maio em liberdade, vimos saudar vivamente estas duas efemérides e os valores que proclamam.-----

Num tempo de incertezas em que assistimos a tentativas declaradas de branqueamento do fascismo e das políticas de agressão ao povo português perpetradas pelo Estado Novo, a valorização destes dois marcos históricos assume ainda uma maior pertinência.-----

Saudamos efusivamente as populações que no passado sábado saíram à rua gritando alto o seu amor à Liberdade.-----

Saudamos de modo igualmente efusivo os que amanhã celebrarão as vitórias de Abril e nomeadamente as conquistas alcançadas pelos trabalhadores na Luta por um País mais justo, mais livre, mais equitativo, respeitador dos direitos constitucionalmente consagrados a nível individual e coletivo.-----

Viva o 25 de Abril!-----

Viva o 1º de Maio!-----

Viva o 45º Aniversário da Constituição da República Portuguesa!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Victor Santos Madaleno e António Santos Salgueiro, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Saudação - 25 de Abril, 1.º de Maio e 45.º Aniversário da Constituição da República Portuguesa apresentado pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

C -VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MÁRIO FAJARDO ACÚRCIO, SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Carlos Maia.---

ROSA CARLOS MAIA: "Mário Fajardo Acúrcio nascido em 22 de dezembro de 1945. Natural da freguesia de Quiaios. Era casado com a Sra. D. Maria Gomes Beato; e pai de Paulo Jorge Gomes Acúrcio e de Pedro Miguel Gomes Acúrcio.-----
Serviu o País prestando Serviço Militar durante 3 anos, dois deles na Guiné.----
Profissionalmente, trabalhou durante 40 anos na CELBI - Leirosa, como serralheiro mecânico.-----

O Senhor Mário Fajardo Acúrcio serviu a freguesia do Bom Sucesso como Tesoureiro do Executivo entre 2009 e 2013. E foi Presidente da Junta de Freguesia do Bom



Sucesso entre 2013 e 2017.-----
Foi sócio fundador da Associação de moradores do Bom Sucesso. Pertenceu à direção da Cooperativa Agrícola da Figueira da Foz e de Ferreira-a-Nova.-----
O Senhor Mário Fajardo Acúrcio era um homem de um trato irrepreensível o que lhe granjeou muitas amizades ao longo da vida. Era um homem de afetos e de sorriso franco. Muito afável, era dedicado à família e àquilo em que acreditava. Um homem bom que superava dificuldades com coragem, sem amargura e com um sorriso no rosto.-----

Reiteramos os nossos sentidos pêsames a toda a sua família e amigos. Deixou-nos no passado dia 28 de março deste ano de 2021.-----

É desta forma singela, mas muito sentida, na forma deste «Voto de Pesar» que lamentamos o seu desaparecimento ao mesmo tempo que homenageamos a memória de um homem bom, reto e amistoso. Até sempre Senhor Mário Fajardo Acúrcio -----
Agradecemos envio de pêsames à sua família.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, sob proposta do grupo municipal do Partido Socialista, deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Fajardo Acúrcio.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL FAJARDO SILVA - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Foi entregue hoje pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Fajardo Silva. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel



Fajardo Silva, apresentado pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

E - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL FAJARDO SILVA - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Manuel Fajardo Silva notabilizou-se nas terras a norte do Concelho da Figueira da Foz pelos valores éticos e de cidadania com que viveu e deu exemplo aos seus contemporâneos.-----

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova e depois da Junta de Freguesia de Santana, para a criação da qual muito contribuiu com o seu empenho, dedicação, espírito de missão e visão.-----

Foi também vereador da Câmara Municipal da Figueira da Foz, assessor de vários Presidentes de Câmara da Figueira da Foz e administrador dos Serviços Municipalizados das Águas da Figueira da Foz.-----

Durante toda a sua vida ativa foi também um cidadão ligado ao associativismo, deixando um legado de saber estar e de saber ser, que caracteriza as gentes da sua terra.-----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, apresentamos desta forma as mais sentidas condolências à sua família, à qual será transmitido o teor deste Voto de Pesar."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, sob proposta do grupo municipal do Partido Social Democrata, deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Fajardo Silva.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

F - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO SIMÕES MARTINS DE OLIVEIRA - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Foi entregue hoje pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, um Voto de Pesar pelo falecimento de António Simões Martins de Oliveira. Nos termos do n.º 2 do art.º 18.º do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da



Ordem de Trabalhos."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto de Pesar pelo falecimento de António Simões Martins de Oliveira, apresentado pelo grupo municipal do Partido Social Democrata, no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

**G - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO SIMÕES MARTINS DE OLIVEIRA -
SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "António Simões Martins de Oliveira foi, sem dúvida, um figueirense atento, solidário, interventivo e honesto, ou seja, um «Homem bom». - Como Vereador da Câmara Municipal da Figueira da Foz e também, mais tarde, como Presidente da Junta de São Julião, foi um incansável defensor das pessoas e das Ideias e dos Valores pelos quais era eleito.-----

Foi, também, um acérrimo ginasta, sempre desenvolvendo uma forte e inquebrável ligação afetiva nas muitas outras Instituições locais às quais pertenceu, nomeadamente a Assembleia Figueirense, a Misericórdia Obra da Figueira e a Filarmónica Figueirense.-----

Bancário de profissão, Martins de Oliveira dedicou-se à Figueira e à causa pública, sendo um exemplo para todos nós.-----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, apresentamos desta forma as mais sentidas condolências à sua família, à qual será transmitido o teor deste Voto de Pesar."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Manuel Rascão Marques e Célia Querido Oliveira, sob proposta do grupo municipal do Partido Social Democrata, deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento de António Simões Martins de Oliveira.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



H - SITUAÇÃO POLÍTICA EM QUIAIOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Lembro aqui as nossas considerações da passada Assembleia Municipal de 26 de fevereiro, a propósito do caso de Quiaios que continua a não nos convencer minimamente. Reafirmamos tudo aquilo que dissemos na altura e o que já havíamos dito anteriormente.-----

Depois de tudo isto, surge, agora para compor este ramo, o parecer da Comissão Nacional de Eleições que, entre outras considerações, esclarece o óbvio: a tesoureira demissionária não pode ter qualquer tipo de funções em face da sua renúncia ao mandato. Sabemos por que o fez e com que motivação, mas isso é outro assunto que agora não interessa.-----

Nesta longa novela, de bastante mau gosto, existem documentos assinados por esta senhora e também pelo senhor ex-Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Quiaios. Corre-se o perigo muito real e muito presente de tais documentos e decisões e afins que sustentam serem futuramente considerados nulos por força do emanado da lei.-----

O que vai acontecer, entretanto, já que mesmo a hipótese colocada pela Comissão Nacional de Eleições não nos parece em conformidade, na medida em que não aconteceram eleições intercalares antecipadas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Sobre a questão de Quiaios venho reafirmar tudo o que disse na última Assembleia Municipal. E agora que já há decisões, que ainda prossegue em Tribunal essa questão e estamos a aguardar a intervenção do Governo, nunca é demais relembrar as palavras do deputado municipal João Raul Portugal que disse não haver ilegalidade e que não estava mais para alimentar estas novelas.-----

Espero que se retracte e entenda que isto foi longe demais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "É óbvio que quando se lê uma frase de uma intervenção que teve uns três/quatro minutos a interpretação pode ser errada e não a correta do que eu disse. Não venho aqui retractar-me, venho aqui defender aquilo que foi a minha intervenção na última Assembleia Municipal.-----

Em primeiro lugar, o que há neste momento, é um parecer da Comissão Nacional de Eleições que foi comunicado ao Ministério Público, e sobre qual ainda não há



qualquer pronúncia.-----

Em segundo lugar, este parecer vem dizer que, neste momento, não havendo eleições intercalares não há possibilidade de se nomear uma comissão administrativa e, portanto, esta impossibilidade tem a ver com o timing com que está a ocorrer esta situação.-----

E repito, não me venho retractar e repito que isto é da responsabilidade de quem, numa altura tão perto de eleições e com uma pandemia ativa fez cair o executivo, que já não era a primeira vez, já é uma repetição. Portanto, repito aquilo que disse na última intervenção, mas quero também terminar esta intervenção da mesma forma que terminei a última, e que o deputado municipal Manuel Rascão Marques, provavelmente, não se recordará - é que o grupo municipal do Partido Socialista respeita e respeitará sempre as decisões de qualquer órgão legítimo para se pronunciar sobre as matérias em concreto.-----

E neste caso concreto, o Partido Socialista aceita perfeitamente, como não poderia deixar de ser, o parecer da Comissão Nacional de Eleições e aguarda aquilo que seja a resposta e a pronúncia do Ministério Público. O Partido Socialista aceita os pareceres e as pronúncias agradem-lhe ou não, pelos vistos, o Partido Social Democrata é que só aceita quando estes lhe convêm, isto é, quando o parecer lhe convém aceita, quando não lhe convém, não aceita. Portanto, aí quem se deve retractar é o grupo municipal aqui ao lado, não é o nosso, nem sou eu, deputado municipal Manuel Rascão Marques. E dizemos mais, independentemente de quem venha a decisão o Partido Socialista respeita e, obviamente, aceitará.-----

Foi desta forma que terminei a intervenção, é este o nosso entendimento e aguardamos serenamente pela pronúncia do Ministério Público que aceitaremos, como não podia deixar de ser, porque somos, obviamente, um partido responsável."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Eu só vou ler o que o deputado municipal João Raul Portugal disse «o grupo municipal do Partido Socialista não quer alimentar muito este tema que o Partido Social Democrata tem vindo a transformar numa telenovela» está na ata. E depois diz «Mas, de facto, eu pergunto: qual ilegalidade?!» Está-se a ver...-----

Eu alertei aqui nesta Assembleia que isto iria acabar nos Tribunais. Os pareceres que são dados são pareceres, não são sentenças. Se fosse uma sentença



nós acataríamos, não o sendo, mas sendo um parecer com o qual não concordámos recorremos para os órgãos determinados.-----
Anunciámos aqui e a prova é que estamos a ter razão. E se não houve eleições, foi porque o Governo de Vossas Excelências não quis que houvesse eleições. Mais, não cumpriu o que diz a lei, que determina a nomeação de uma comissão administrativa composta pelos vários elementos dos grupos políticos existentes na Assembleia de Freguesia. Não quiseram ter um aninho de campanha eleitoral com o vosso próximo candidato a Presidente da Junta de Freguesia, e estão a cometer ilegalidades. Espero que depois não vá haver outro tipo de consequências, o que seria lamentável."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Parece haver aí uma confusão qualquer entre sentenças e pareceres. É que quem dá sentenças não é a Comissão Nacional de Eleições. O Ministério Público e o Tribunal é que se pronunciarão. Não confundamos as coisas nem baralhemos quem nos está a ouvir.-----

Uma sentença é uma sentença e um parecer é um parecer. Ou, agora, a Comissão Nacional de Eleições também dá sentenças?! Pelos vistos, para o deputado municipal Manuel Rascão Marques o parecer da Comissão Nacional de Eleições é uma sentença e o parecer do Governo é um parecer.-----

Quero dizer o seguinte: respeitamos, como sempre respeitaremos, a legitimidade de qualquer órgão legítimo se pronunciar sobre a matéria. Neste processo, respeitamos as pronúncias do Governo e da Comissão Nacional de Eleições, aguardamos aquilo que vai dizer o Ministério Público, que respeitaremos de igual forma."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente à situação de Quiaios vou seguir a regra e a sequência colocada pela deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Aquilo que eu posso dizer é que as dúvidas que nos foram colocadas foram clarificadas com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e fomos cumprindo a norma indicada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Não somos membros do Governo, não somos Governo, embora governemos bem. Portanto, sobre isso nada posso mais acrescentar."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - ESTÁDIO MUNICIPAL JOSÉ BENTO PESSOA - RELVADO SINTÉTICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide



Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária não concorda com a colocação de piso sintético no Estádio Municipal José Bento Pessoa. Considera que numa cidade com as tradições e pretensões da Figueira da Foz em termos de desporto e concretamente de futebol e atento ainda ao futuro das competições nacionais, não faz sentido um piso sintético. Com efeito, as competições profissionais de futebol exigem piso relvado. Ainda que não se perspetive a profissionalização de qualquer equipa da Figueira da Foz, acontece que na próxima época se vai iniciar uma nova competição de futebol amador, a 3.ª Liga, que exige piso relvado. E não é demasiado ambicioso pensar que a equipa de futebol mais representativa do Concelho possa aspirar a fazer parte dessa competição.-----

Por outro lado, sabemos que as despesas de manutenção com piso relvado serão maiores, no entanto, um piso relvado permite a angariação de receitas provenientes de competições femininas, de competição dos escalões etários inferiores ou até do apoio à indústria hoteleira na possibilidade de candidatura a estágios de equipas seniores em início de época.-----

Portanto, o piso relvado seria o futuro."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Partido Social Democrata nesta Assembleia Municipal, em tempo oportuno, chamou a atenção, aquando do lançamento do concurso, para o erro que se estava a cometer com a substituição do relvado natural por um relvado sintético, porque, depois, inviabilizaria a organização de alguns jogos profissionais. Foram dadas as justificações que foram.-----

Curiosamente, o Presidente da Câmara, há pouco tempo, anunciou que quer construir um Estádio noutra local com relva natural. Isto não se compreende muito bem, porque se um dos motivos é a poupança, e se se poupa não colocando relva natural no atual Estádio Municipal José Bento Pessoa, muito menos se compreende que se vá construir um novo Estádio. Mas estamos em tempo de campanha eleitoral!-----

Para além do que é lamentável e gostava que esta Assembleia fosse informada do porquê das obras daquele Estádio estarem a ser feitas, aí sim tipo novela, por episódios. Há um episódio que funciona, outro que não funciona, trabalham dois dias, três dias estão parados, e não anda, não anda nem desata!... Espero que não



seja para ser inaugurado em setembro/outubro e, portanto, haja aqui uma gestão de prazos.-----

Mas uma coisa é certa, vai ter de ser dito aqui nesta Assembleia qual vai ser a derrapagem daquela obra, aliás, o que é exemplo em todas as obras lançadas por Vossa Excelência há derrapagem e, portanto, nós iremos saber quanto é que aquilo nos vai custar mais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Diogo Miragaia Lima.-----

DIOGO MIRAGAIA LIMA: “Eu não era para intervir, mas uma vez que já foi abordado por dois deputados o Estádio Municipal José Bento Pessoa, gostaria de deixar aqui algumas notas.-----

Primeiro, uma vez que vamos passar à próxima fase e os treinos vão regressar à normalidade, convidava os deputados municipais e todos os que tiverem interesse a passar, a partir das 18,00 horas, pelo Campo de Treinos José Bento Pessoa, para verem a dificuldade que os clubes, as associações e quem mete miúdos a treinar em prol do Desporto e da sociedade, têm na redução de espaço que é o único, infelizmente, na nossa cidade.-----

Eu, enquanto atleta inclusive de um clube da Figueira da Foz, jogava num pelado com um barracão para tomarmos banho com duas portas, um de cada lado. Era esta realidade que nós tínhamos no nosso Concelho. Hoje em dia, temos um campo na Leirosa, está a ser construído um na Cova, temos este aqui na nossa cidade e vamos a caminho de mais um. Eu compreendo que o relvado natural para provas dos de fora, ou de um ou dois eventos desportivos que possam acontecer durante o ano, seja importante para alguns dos deputados municipais. Para mim, enquanto figueirense, enquanto um jovem que dou o meu contributo à sociedade também para o desporto e vejo a realidade que hoje temos, é mais importante criar condições para os nossos de cá - mais de 300 atletas num clube, 100 de outro e 50 de outro e mais que poderão vir quando melhores condições lhes pudermos dar - do que uma prova ou outra que possa vir de fora.-----

Já vi jogos profissionais da Champions em campos sintéticos. Isto é uma questão de adaptação para que num futuro próximo todos possam jogar lá. Eu congratulo o executivo camarário por cada vez mais ter criado estas condições para os nossos jovens de hoje e não para eventos que possam acontecer na nossa cidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Quanto à situação da colocação do relvado sintético aqui



abordada pela Coligação Democrática Unitária, permito-me responder a duas questões e enquadrar uma terceira. Eu percebo que a prática fosse utilizar os campos de saibro. Hoje, quando começamos a ver as coisas de verde ficamos um pouco preocupados.-----

O deputado municipal Diogo Miragaia Lima fez aqui uma intervenção muito pertinente, porque aquilo que se pretendia é que nós tivéssemos o Estádio Municipal José Bento Pessoa, que serve mais de 300 atletas, colocado no centro da Cidade, com relva sintética para algumas situações pontuais e relva natural para algumas situações de exceção. Lembro-vos que um campo de relva natural tem uma ocupação, na melhor das hipóteses, de 12 horas por semana, e na pior de 04 horas por semana. Portanto, quando digo que havendo importância de ter um campo de relva natural a ser feito noutro sítio, é por isto mesmo. Em nosso entendimento, a centralidade deste campo deve permanecer para servir os nossos jovens, os figueirenses, e quem quiser ter um campo com outras perspetivas poderão existir outros locais para o construir. Defendo esta centralidade e muito obrigado aos atletas da Naval e do Ginásio por concordarem connosco.-----

Permitam-me, ainda, socorrer-me do conhecimento do Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e dizer-vos que só na 1.ª Liga e na Liga 3 exigem relvado natural, todas as outras podem ser jogadas em relvado sintético. E se nós viermos a ter um clube nessas circunstâncias, temos uma fase de adaptação e transição em que se poderá utilizar a relva sintética.-----

Em conclusão, a decisão é privilegiar a centralidade de dois equipamentos para servir as escolas da envolvente e os jovens. A vossa decisão é criar um campo que seja usado praticamente só por quem nos visita e para eventos que possam vir a ocorrer ocasionalmente. Desculpem, nós temos de tomar as decisões que beneficiem essencialmente os nossos jovens e o desenvolvimento desportivo dos figueirenses, e as despesas de manutenção e os custos não foram sequer equacionadas para a decisão.-----

Quanto às preocupações do deputado municipal Manuel Rascão Marques sobre o tempo e a derrapagem, deixe-me esclarecer que em relação ao tempo só ocorreu porque o principal problema daquele campo é ter uma má drenagem e sempre que chove fica cheio de água. Já que no que diz respeito à derrapagem estejam descansados, porque, na verdade, tem havido algumas obras, poucas, com trabalhos a mais, mas mesmo havendo trabalhos a mais num número mais ou menos significativo de obras a dívida tem vindo continuamente a baixar, o prazo de pagamento a reduzir e



muito mais obra a ser feita.-----

Com um pouco de sorte, argúcia e trabalho, a obra do Estádio Municipal José Bento Pessoa irá derrapar, no mínimo, na ordem dos 160.000 euros. Se conseguirmos reorganizar o orçamento ainda vamos antes das eleições colocar tartan em cima da pista que está a ser feita.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este tempo nem devia ser descontado na medida em que é de alguma maneira a defesa da honra.-----

Em lado nenhum alguma coisa da nossa parte foi dita que permita achar que nós só queremos o equipamento sem condições para quem vem de fora. Muito pelo contrário, temo-nos sempre batido para que sejam os jovens do Concelho os principais usufrutuários de tudo aquilo que é investimento público. Portanto, congratulamo-nos com a tal centralidade que aqui foi anunciada.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Fico triste de ver um jovem com tão pouca ambição, isto no que diz respeito ao Estádio Municipal José Bento Pessoa. Só falta dizer que aquilo está assim por causa do Partido Social Democrata e da dívida..., mas ainda havemos de ouvir isso porque já estamos habituados.-----

Ainda não percebi por que razão o facto de haver uma relva natural impede os jovens de lá praticarem o desporto. Eu lembro-me que quando ali havia relva natural a equipa da Naval 1.º de Maio treinava todos os dias naquele relvado. E também não consegui entender porque não ouvi, em intervenção nenhuma, aqui alguém defender que queria aquilo só para um ou dois jogos, ou só para alguém estrangeiro vir para aqui.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Relativamente à relva natural, aquilo que se está aqui a discutir é se o campo é apenas para uma equipa ou se é para centenas de jovens. Se fosse só para uma equipa, provavelmente, funcionaria. Provavelmente, porque não se esqueçam que as equipas que jogam nas ligas de topo têm um campo de jogo e campos de treinos.-----

Nós pretendemos é que, preferencialmente, seja um campo para os nossos jovens, podendo a maior parte das competições lá acontecer. Isso tem a ver com o tempo de utilização: enquanto um campo de relva sintética pode ser ou utilizado entre 30/40 horas por semana, um campo de relva natural só pode ser utilizado entre



04/12 horas por semana."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J - CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Tem sido agora aventada e comentada a ideia de um novo Hospital para a Figueira da Foz. Não sabemos do envolvimento da Câmara Municipal neste assunto e entendemos que os tempos de campanha eleitoral que se aproximam são propícios a utilizações demagógicas sobre este assunto. Interessa, antes de mais, saber do que é que se fala."-----

Por exemplo, o Município de Sintra assinou um protocolo com o Governo para a construção de um hospital, assumindo aquele Município 40 milhões de euros para a construção e o Estado 20 milhões de euros para o equipamento. Esse hospital terá uma urgência básica pois a urgência médico-cirúrgica continuará no Amadora-Sintra.-----

Independentemente dos quantitativos em causa, é nossa opinião que o Hospital Distrital da Figueira da Foz deve ser dotado de uma unidade de cuidados intensivos polivalentes, indispensável para a caracterização da urgência como médico-cirúrgica. Sabemos que com o Covid-19 foi criada uma unidade de ventilados, o que é um importante passo em frente, mas não chega!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Concordo consigo deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves. Quando nós conseguimos ter um novo Bloco Operatório, quando nós conseguimos e participamos para que o Hospital Distrital da Figueira da Foz tenha cuidados intensivos, começar hoje a falar do um novo Hospital é dispersarmo-nos daquilo que é importante. Provavelmente hoje há oportunidade para nos dispersarmos porque, na verdade, a dívida está equilibrada e já podemos outra vez gastar aos milhões."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - ESTATUTO DO CUIDADOR INFORMAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "O Município da Figueira da Foz integra, pelo período de um ano, um dos trinta territórios de implementação do projeto-piloto do Estatuto do Cuidador Informal."-----

Gostaria de saber qual o ponto de situação e o grau de aceitação do presente



projeto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Cuidadores Informais - nós temos 30 beneficiários com várias hipóteses de apoio, formação, visitas frequentes, técnicos, acompanhamento da Segurança Social, enfermeira do Centro de Saúde da Figueira da Foz e estamos a tratar dos subsídios. O Município da Figueira da Foz e o serviço local de Segurança Social estão a promover sessões de esclarecimento para vários agentes. Mas, o deputado municipal Christopher Maia Oliveira compreenderá que, infelizmente, nós integramos um projeto piloto num tempo difícil, em que esta atividade também foi muito dificultada pela pandemia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - PAÇO DE MAIORCA - INDEMNIZAÇÃO PEDIDA PELO GRUPO JÚDICE, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Numa das últimas reuniões do órgão executivo surgiu a questão de uma indemnização pedida pela Júdice, S.A., na ordem dos 200.000 euros, tendo por base a questão do Paço de Maiorca, a qual foi, depois, amplamente propagada pelos órgãos de comunicação social local.-----
Gostaria de pedir ao Presidente da Câmara para esclarecer este órgão deliberativo sobre o este assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Nós já dissemos ao Grupo Júdice, S.A., para não contarem com nada da nossa parte, por entendermos que não têm direito a qualquer indemnização.-----

Mas é uma grande coincidência vir agora o Grupo Júdice, S.A. assumir-se enquanto sócio, depois de o assunto estar resolvido e ter transitado em julgado. É estranho, mas ficamos satisfeitos porque pode surgir aqui um problema e já sabemos que há alguém disponível para o pagar em 51%. A nossa resposta foi: tem direito a zero!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Eu só gostava de fazer uma pergunta ao Presidente da Câmara sobre a questão do Grupo Júdice, S.A., e queria uma resposta curta se fosse possível: houve ou não um acordo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e o Grupo Júdice, S.A.?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente ao Grupo Júdice, S.A. houve uma proposta de acordo com determinados princípios, que tinham subjacentes o facto de o Tribunal de Contas autorizar a internalização da empresa."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - ACESSO À REDE DE INTERNET NO CONCELHO E INSTALAÇÃO DA REDE DE FIBRA ÓTICA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Devido à pandemia da Covid-19 verificou-se, por exemplo, o aumento de teletrabalho das aulas em formato online desde o ensino básico até ao ensino superior. No nosso Concelho assistiu-se, durante este período, à sinalização em diversas freguesias da dificuldade em obter uma rede de Internet com um bom sinal, estando algumas zonas sem fibra ótica.-----
Qual o ponto de situação desta temática? Quais as medidas diligenciadas pela Câmara Municipal?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente à rede da Internet, nós atribuímos routers a todos os alunos com insuficiência económica que não tinham rede e a todos os que, não tendo insuficiência económica declarada, os Diretores disseram que eles tinham dificuldade em ter routers.-----

Mas estamos a trabalhar para instalar mais fibra ótica e, no caso concreto, estamos até a trabalhar em colaboração estreita com a Presidente da Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara para que a fibra ótica nas freguesias a Norte, que ainda não a têm, e a Sul Borda do Campo essencialmente, seja uma realidade até ao final que 2021. Lembro-vos que temos um Protocolo assinado com a MEO para até ao final de 2021 termos 95% dos fogos com fibra ótica, e acreditamos como as coisas estão a ser feitas mesmo em tempo de pandemia que possa ser cumprido esse objetivo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - CADEIA DE SUPERMERCADOS MERCADONA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Nas últimas semanas tornou-se do conhecimento público a pretensão da cadeia Mercadona de abrir uma superfície comercial na Figueira da Foz, aumentando o número já vasto de superfícies comerciais existentes neste Concelho.-----

Esta superfície comercial será uma realidade? Quando e em que local do Concelho Figueirense?"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tenho a firme convicção, deputado municipal Christopher Maia Oliveira, que a Mercadona nunca será instalada no chamado «corredor verde». Não consigo fazer futurologia, mas ainda não entrou nenhum pedido de informação prévia, sabemos de um particular que vendeu ou tem um contrato de compra e venda de um terreno fora do «corredor verde». Se obedecer aos requisitos do Plano Diretor Municipal há uma limitação da autarquia para decidir, porque só as farmácias estão salvaguardadas hoje em termos de comércio. Com a Mercadona já está assumido que não irão construir nada no chamado «corredor verde».----- Apesar de tanta dívida para pagar, mesmo assim, queremos comprar aquela linha do «corredor verde» em frente ao Ginásio para salvaguardar em tempos futuros qualquer veleidade sobre a instalação de qualquer equipamento lá.----- Aproveito, também, para vos dizer, mas tornarei isto mais concreto na próxima reunião de Câmara, que temos já adquiridos e praticamente adquiridos 10 hectares no futuro Parque Urbano, um ou outro está em fase de escrituração. É mais do que a área das Abadias."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - PRÉDIOS INACABADOS JUNTO AO EMPREENDIMENTO DO VALE DO GALANTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Gostaria de saber qual a situação atual dos prédios inacabados há diversos anos no empreendimento do Vale do Galante junto ao Hotel Eurostars Oasis Plaza. O estado do processo de licenciamento já caducou? E se sim, qual a posição da Câmara e se já entrou em contacto com o promotor da obra?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Os prédios inacabados da zona do Vale do Galante foi o primeiro sapo que engoli entre 2009, 2010 e 2011.----- Não se lembra, mas eu vou lembrar-vos e há quem se lembre aqui, na Assembleia anterior a 2009, o Partido Socialista e uma maioria significativa em assembleia deliberaram que os prédios não podiam ser vendidos enquanto o Hotel não estivesse a funcionar. Enquanto executivo tomámos uma deliberação contrária, porque tudo estava construído, a desgraça urbanística do Titanic estava feita e o Partido Social Democrata era o único responsável, e nós assumimos que os prédios podiam ser vendidos mesmo antes do Hotel entrar em funcionamento, porque, na verdade, a desgraça estava feita."-----



Hoje são de particulares e estão a ser vendidos a bom ritmo e acredito que, a curto prazo, estejam todos vendidos. Há uma grande procura de habitação na Figueira da Foz e aproveito para vos dizer também que o assunto dos edifícios da Polícia de Segurança Pública também está praticamente resolvido, no sentido de haver um fundo nacional para intervencionar e colocar esses fogos no mercado.”--

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - PARQUE DAS ABADIAS - DEJETOS DE ANIMAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Margarida Fontoura.-----

MARIA MARGARIDA FONTOURA: “Recentemente, falei com uma família de pais e crianças que tem por hábito fazer os seus exercícios nas Abadias. Queixaram-se de ser uma pena terem constantemente de estar a afastar-se dos dejetos dos animais. Eu não minimizo o Estatuto Canino, mas acho que isto se torna um problema de saúde pública e para os humanos seria muito melhor haver uma seleção do espaço das Abadias para os animais, e outra para as pessoas realmente fazerem seu exercício físico. E penso ser possível criar ali uma faixa longitudinal para esse efeito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A deputada municipal Maria Margarida Fontoura tem toda a razão quanto aos dejetos dos cães. Isto é fundamentalmente um problema de cidadania. Mas a sua questão é muito pertinente e já que as pessoas têm problemas de coluna para apanhar os dejetos dos seus cães e eles não os conseguem recolher sozinhos, vamos ter de tomar ali uma medida mais drástica.--- Faz todo o sentido, vamos criar ali uma zona onde seja proibida a circulação de pessoas com animais. É evidente, depois, é preciso fiscalizar, mas nós não conseguimos ter um polícia ao lado cada cidadão.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - QUINTA DO PAÇO - PASSAGEM/TÚNEL COM OS PILARES DEGRADADOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Margarida Fontoura.-----

MARIA MARGARIDA FONTOURA: “Quando eu vinha para aqui uma funcionária chamou-me e mostrou-me uma fotografia de um trajeto que ela faz diariamente no seu telemóvel. Trata-se de uma passagem/túnel existente entre a Quinta do Paço e o resto de Tavarede. Pude ver realmente os pilares em ferro a sustentar aquela plataforma. Portanto, eles têm medo de passar ali, parece estar a cair e os



pilares têm por baixo um quadradinho de madeira que vai apodrecendo.-----
Pedi-me, efetivamente, para verem as condições, pois parece que as obras começaram em janeiro e estão em estado deplorável.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “A minha intervenção prende-se com a situação apontada pela deputada municipal Maria Margarida Fontoura relativamente à passagem do Bairro da Quinta do Paço para a zona da Rua Violinda Medina Silva.-----

A Junta de Freguesia está a par dessa situação. As intervenções foram feitas atempadamente mal detetamos que aquele espaço estava a sofrer algum desgaste. Isto foi dado a conhecer à Câmara Municipal. O Município a seu tempo fez a intervenção que fez, entretanto, a situação implica uma intervenção maior e, portanto, as estacas têm de lá estar e o talude tem de ser arranjado. Por isso existe um projeto para tal e a candidatura para que isso seja feito.-----

Advirto também e, neste caso, dou também a conhecer - e certamente a senhora que lhe falou também lho devia ter dito - que os habitantes da Quinta do Paço de maneira, se calhar, um pouco anárquica e inconsciente rasgam os elementos que lá estão a avisar que é proibido passar por debaixo do túnel. As pessoas têm acesso à Rua Violinda Medina Silva e ao supermercado E.Leclerc sem ter de passar ali por baixo, mas sendo mais lesto e mais rápido é mais fácil rasgar e cortar as faixas de proteção do que cumprir com as normas.-----

Obviamente que aquilo está para ser realizado, tivemos o cuidado de interditar e certamente o concurso corre os seus trâmites e terá de ser feita a intervenção total do talude. Deputada municipal Maria Margarida Fontoura, temos essa consciência e estamos a tentar resolver o assunto o mais breve possível.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FARMÁCIAS - TESTES COVID-19

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “A Associação Nacional das Farmácias tem vindo a celebrar protocolos com vários municípios deste país, nomeadamente Lisboa, Loures, Odivelas, Sintra, etc., de forma que todos os seus munícipes sejam testados duas vezes por mês, portanto, de 15 em 15 dias, e a adesão tem sido enorme. Já agora, diga-se também, em abono da verdade, que a testagem reflete um custo de 15 euros por cada teste.-----

É uma forma de combater e controlar a disseminação desta pandemia. Abordo esta



questão visto que o Concelho da Figueira da Foz tem sido um dos mais fustigados com esta pandemia.-----

A Associação Nacional das Farmácias contactou a Câmara Municipal da Figueira da Foz há mais ou menos três semanas, apresentando-lhe esta proposta, e até à hora de início desta Assembleia, não obteve qualquer resposta. Eu gostaria de saber se a Câmara Municipal pretende responder ou não e, também, se pretende aderir ou não."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O assunto na verdade foi colocado, mas eu não sei se isto se resolve com testagens a toda a gente de 15 em 15 dias. Resolve é matar um bocadinho o nosso orçamento. Testar toda a gente de 15 em 15 dias só é necessário se não tivermos os cuidados que todos devemos ter para evitar o descontrolo da pandemia, mas dentro deste enquadramento, concertamos um plano com o Delegado de Saúde e o responsável do Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego. Têm sido feitos centenas de testes e milhares de vacinações pela saúde pública, e aqui deixo, também, o meu grande agradecimento e reconhecimento pelo trabalho de exceção que tem sido feito. E temos colaborado em tudo, até com assistentes técnicos, para que nada falte e o processo decorra com rapidez.----- Mas sendo caso disso, mas apenas para grupos específicos devidamente indicados pelo Delegado de Saúde e pelo responsável dos Centros de Saúde, faremos tudo o que for necessário para manter o Concelho seguro.----- O importante é cada um de nós ter os cuidados que deve ter para evitar a propagação da pandemia."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - PAVIMENTOS INTERVENCIONADOS PELA ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "A anarquia continua após cada intervenção das Águas da Figueira, S.A. nas várias rodovias deste Concelho. Com certeza os Presidentes das Juntas de Freguesia aqui presentes poderão testemunhar aquilo que eu digo aqui. Pavimentos novos passados 08, 10, 15 dias, um mês/dois meses de serem intervencionados nunca ficam sequer 99,09% parecidos com aquilo que estavam. É uma verdadeira, se me permitem a expressão, delapidação de património.----- Eu pago impostos, compro o carro, pago pneus, farto-me de meter suspensões e calcorreio a Zona Sul do Concelho - é uma vergonha! Acho que já era tempo de o Município pôr mão, desculpem-me a expressão, nesta anarquia causada pela Águas



da Figueira, S.A."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Pedro Alves Macedo, eu gostava que me dissesse onde é que se fez um corte numa intervenção com 15 dias ou um mês. Provavelmente, terá oportunidade de me relatar isso, mas quero dizer-lhe que nas reuniões do executivo tem sido sempre nossa preocupação concertar com a Águas da Figueira, S.A. para, se as condutas não estiverem em condições, se proceder à devida substituição e reparação antes de pavimentar. Pode haver casos imprevistos, é verdade!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T - MAU ESTADO DAS ESTRADAS DO SERRIÃO E DO BIZORREIRO NO PAIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Eu só digo isto - as pessoas que vivem nas Estradas do Serrião e do Bizerreiro, no Paião, não merecem ter de se deslocar naquelas condições nem as ter à sua frente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Quanto à Estrada do Serrião penso que está para ser pavimentada e já foi adjudicada a empreitada. No entanto, deputado municipal Pedro Alves Macedo, a Figueira da Foz tem mil quilómetros de vias e não preciso lembrar, porque sabe como eu, o estado delas em 2009, quando nós ganhámos e entrámos para o executivo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

U - PARQUE EMPRESARIAL JUNTO AO NÓ DA A17

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Nas campanhas políticas da autarquia do Paião do então e ainda vigente Presidente da Junta de Freguesia, bem como do executivo da altura, foi prometido um Parque Empresarial junto ao nó da A17. Isto está plasmado nos manifestos do Partido Socialista das campanhas eleitorais de 2013 e 2017."-----

Uma das razões pela qual esse Parque Empresarial não avançava era a alteração ao Plano Diretor Municipal. O Plano Diretor Municipal foi alterado e continua tudo na mesma...-----

Há empresas que têm vindo a evoluir, a crescer, não têm espaço para crescer mais e são obrigadas a ir para outros concelhos. Ainda a semana passada, uma empresa que queria ficar naquela zona foi abrigada a comprar um lote na Zona Industrial da Figueira da Foz."-----



Então, para quando a criação deste Parque Empresarial, prometido, pelo menos, por duas vezes em campanhas eleitorais autárquicas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Zona industrial junto ao Nó da A17 será para junho e só não foi antes porque os prazos estiveram suspensos devido à pandemia. Está previsto no Plano Diretor Municipal, mas depois houve uma série de procedimentos a ser feitos e, se não me falha a memória, o período de consulta pública termina em junho."-----

Já agora, também gostava de saber qual a empresa que saiu desta zona da A17 para ir para zona industrial. Só se foi a ANR-Armando Ruivo & Filhos Ld.^a, mas penso que a intenção dessa empresa foi sempre ir para a zona industrial.-----
Posso acrescentar, ainda, que em junho lançaremos o concurso para ampliar em 20 hectares a zona industrial, a Sul, mais a aceleradora, e também vos posso tranquilizar porque tudo isto é possível por termos fundos comunitários necessários para o fazer."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento

V - BYPASS MÓVEL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Na última Assembleia Municipal houve um deputado municipal do Partido Socialista que veio aqui congratular-se com a instalação do bypass móvel. Bom, estamos no fim de abril e nada ainda está iniciado!!! Estou crente que o Dr. Carlos Monteiro não brinca com assuntos sérios - e esta questão da Praia da Gala é muito séria - e que muito menos utiliza estas situações para fazer campanha eleitoral."-----

O senhor disse aqui «está inscrito no Plano Nacional de Investimentos ... já devia ter sido iniciado, mas ainda não sucedeu ... creio que em 2022...» enfim, fez aqui uma série de afirmações e isso está em ata da última sessão da Assembleia Municipal. A realidade é que estamos nos fins de abril, inícios de maio e nada está iniciado. Gostava que nos esclarecesse o que é que vai suceder."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Manuel Rascão Marques, o que eu disse foi colocar areia com bypass móvel no 5.º molhe e com reparação do 3.º. As datas indicadas em sessão pública foram maio/junho, portanto, nessa altura conversamos."-----



A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

W - COMPLEXO Da PISCINA PRAIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Gostaria de falar da Piscina Mar. Os senhores lançaram um concurso com determinados requisitos e adjudicaram a uma determinada empresa. Essa empresa andou, não andou, parou, até que chegou à conclusão que aquilo só era viável se houvesse um acréscimo de espaço para o hotel.----- Os senhores aprovaram a alteração do projeto apresentado. Isto não configura uma alteração dos requisitos do concurso? A mim parece-me, mas quero ouvir da sua boca. E tal facto não poderá ser sujeito a uma ação judicial por parte de quem concorreu, ou de quem inclusivamente só pediu o levantamento dos documentos do concurso, mas que da forma como estava não se candidatou? E a forma como estava repito, não é aquela que está agora em vigor. E, pelo que parece, irá haver ações judiciais.-----

Assim e dentro da transparência tão invocada pelo Presidente da Câmara, gostava que me explicasse se não tem qualquer receio sobre todo este processo, se não tem receio das consequências destas alterações iniciais do concurso, e se isto não será mais um custo para a Câmara Municipal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente à Piscina Mar até agora ninguém reclamou. O júri, que não integra qualquer elemento do executivo, entendeu ser legal a alteração depois de haver um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Mas também lembro que aquela Piscina começou a ser deixada ao abandono antes de 1998, porque a ideia era construir lá um prédio e nessa altura, o espaço interior foi todo partido e ela ficou reduzida à dimensão atual, e de 1998 até agora esteve ao abandono. Nós encontramos uma solução e ainda ninguém reclamou, portanto, eu tenho esta tranquilidade."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

X - MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Paulo Pinto.--

JOÃO PAULO PINTO: "Não podia deixar de congratular a Câmara Municipal, o seu Presidente e todos os seus técnicos, Direção Regional de Cultura do Centro e ainda a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, na pessoa da Dr.ª Isabel Damasceno, por terem ajudado a que o Mosteiro de Santa Maria de



Seiça deixe de ser um imóvel abandonado e seja em breve um ícone da Cultura, do Turismo e até da Região no Concelho da Figueira da Foz.-----
Desde a primeira reunião que tive com o Presidente Dr. João Ataíde, que Seiça e o Mosteiro sempre foram assunto de agenda, mas também já sabíamos que acompanhava um envelope de 92 milhões de euros de dívida. Há agora uma nova narrativa de dívida boa e de dívida má que até me faz lembrar o banco bom e o banco mau. O que interessa é que a dívida era de 92 milhões de euros para pagar, e como todos sabem, já foram liquidados mais de 60 milhões de euros.-----
O trabalho que tinha de ser feito até agora está concluído com a adjudicação, na última reunião de Câmara, da empreitada de reabilitação e consolidação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, imóvel histórico e a ser classificado como monumento nacional. A empreitada, orçada em cerca de 02,7 milhões de euros, foi adjudicada à empresa Teixeira Duarte e terá início a muito curto prazo, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas. As obras passam pela consolidação da fachada monumental em ruínas da Igreja datada dos séculos XVI e XVIII e reabilitação do edifício monástico adjacente. Tal como já referi em Assembleia Municipal houve um hiato de tempo em que nada foi feito, foram dezenas de anos ao abandono não só pelos anteriores proprietários como depois pela Câmara desde a sua aquisição. Só a partir de 2015 se fez todo o trabalho necessário para levar a bom porto este projeto, por isso Presidente Carlos Monteiro, no futuro, vai ter património que será uma mais-valia para o Concelho e que tem a possibilidade de ter turismo 365 dias por ano.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “O Mosteiro de Santa Maria de Seiça também não foi uma obra lançada hoje, como disse o Presidente da Junta de Freguesia do Paião, estamos a trabalhar neste dossier desde 2015. Lançamos a obra conscientemente depois de termos a proposta de classificação como Monumento Nacional e termos fundos comunitários.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Y – GEOPARQUE ATLÂNTICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Adelaide Carraco Reis.-----

ADELAIDE CARRACO REIS: “A 21 de abril do presente ano, na presença da Ministra da Coesão Territorial, o Município da Figueira da Foz, a par de outros cinco municípios, assinou um «Memorando de Entendimento» com a AD ELO que formaliza e



visa a constituição de um «Geoparque» denominado por «Geoparque Atlântico».-----
Este memorando foi assinado no Cabo Mondego e dita que a AD ELO, sendo uma associação que tem como objeto o desenvolvimento local e regional integrado, através de uma dinamização socioeconómica e cultural tendo como zona de intervenção o Centro Litoral, em especial com os municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova, irá colaborar ativamente nas ações a desenvolver para a concretização de uma candidatura ao reconhecimento do «Geoparque Atlântico» pela UNESCO, na categoria de Geoparque Mundial, sendo que a AD ELO tem acompanhado outras iniciativas e projetos municipais.-----

Este processo poderá levar uma década a estar concluído e para o efeito foi já elaborado um plano de dimensão temporal que se compreende em duas fases distintas: a primeira, entre 2021 e 2024, destinada à organização do processo de candidatura ao reconhecimento do «Geoparque Atlântico», e a segunda, que se pretende que inicie logo em 2024, destinada à gestão e ao funcionamento do Geoparque, pelo período de tempo necessário para o efeito, não estando assim estipulado o ano de término desta fase.-----

O Município da Figueira da Foz assumiu o compromisso de cofinanciar a implementação deste processo, de acordo com o calendário de execução distribuído pelas duas fases, sendo esta uma prova do esforço continuado e visível deste Executivo em lutar pela concretização de novos e fortes projetos.-----

Vindo a ser possível que o Cabo Mondego, monumento natural com recursos já instalados provenientes de um património geológico de relevo internacional, possa vir a ser centro crucial desta classificação, será para o Município uma das conquistas mais importantes dos últimos anos agora que, recentemente, conseguiu levar este espaço à fruição do domínio público.-----

Congratulo, assim, o Executivo por mais uma iniciativa que, na sua realização, não só evidenciará os valores naturais do nosso Concelho como irá proporcionar a criação de um novo polo turístico, científico e de fruição global que seguramente irá atrair novos públicos à nossa cidade e assim ajudará a que a marca desta se reconheça e intensifique cada vez mais.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputada municipal Adelaide Carraco Reis, muito obrigada pela sua intervenção e percebi que a Assembleia não se pronunciou pelo Geoparque. Bem!-----



Hoje é um projeto de seis municípios, quatro executivos eleitos em listas do Partido Socialista e dois em listas do Partido Social Democrata. Não é propaganda eleitoral de certeza absoluta, é trabalho feito em rede e em equipa! - Mas quero dizer-vos que esta é a maior conquista de território para o Concelho da Figueira da Foz nos últimos anos. Na minha perspetiva e na de muitos outros será o ato mais importante que aconteceu neste Concelho - a conquista daquele território. Hoje temos ali 50 metros de domínio público importantíssimo em termos de vista, interesse científico e interesse turístico. Deve ter sido o que de mais importante aconteceu desde o século XII, porque a conquista de território é importante para os portugueses e esta foi extremamente importante para o Concelho da Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Sobre o Geoparque, era interessante que o Presidente da Câmara ao fazer aquela afirmação tão vigorosa, como fez há bocado, também explicasse por que razão a Câmara da Figueira da Foz deixou de ser promotora única do projeto. E também, já agora, que nos desse a conhecer um estudo feito sobre aquele tema, por alguém contratado, com um alto gabarito universitário, e que nunca foi publicado. Era interessante nós também podermos conhecer esse estudo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não avançamos sozinhos porque o Geoparques mudou e era necessária uma área maior e mais espaço temporal, 500 milhões de anos, mas também porque não temos nenhum preconceito em trabalhar em rede.-----

Sobre não haver nenhum estudo conceituado, desculpem-me, prego de ouro, a Professora Doutora Isabel Henriques esteve na apresentação do Geoparques, e ainda hoje saiu daqui o Professor Doutor Proença. Sobre o valor patrimonial daquilo eu não tenho nada a acrescentar."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Z - EDIFÍCIO «O TRABALHO»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia.-

NUNO MELO BISCAIA: "Gostaria de deixar aqui o registo de congratulação pela recente e tão desejada requalificação urbanística do edifício «O Trabalho». Efetivamente, tratava-se de um local em ruínas, um local que era crítico e que há bastantes décadas em nada prestigiava aquela zona nobre da nossa Cidade. Daí



as nossas congratulações e o nosso regozijo.-----
Também não podemos olvidar aqui a intervenção do executivo no sentido de resolver este problema, nomeadamente criando novos critérios de valorização do imóvel, considerando-o como ruína o que permitiu, de certa maneira, baixar significativamente o seu preço, tornando assim apetecível a sua aquisição, o que veio a acontecer para bem da Figueira da Foz e daquela zona.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Isto é natural, legítimo e até compreendo que, efetivamente, no fim do mandato, o grupo municipal do Partido Socialista venha para aqui elogiar tudo e mais alguma coisa. Mas deputado municipal Nuno Melo Biscaia, elogiar a questão da requalificação do edifício «O Trabalho» da forma como o fez, é exagerado. Primeiro, ainda nada está feito, nada foi iniciado e, se bem me lembro, os senhores já há anos que andam a anunciar isto. Portanto, vamos deixar começar a requalificação e depois elogiem. Vamos esperar um bocadinho.-----

Já agora, lamento que o senhor deputado ao elogiar a questão do edifício «O Trabalho» não se tenha referido ao prédio ao lado, o antigo Colégio das Freirinhas que está uma vergonha. É uma questão de saúde pública que está junto ao Mercado Municipal Engenheiro Silva. É bicharada e lixo por todo o lado. É estranho os senhores não falarem nisso!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia.-

NUNO MELO BISCAIA: “Se, efetivamente, o deputado municipal Manuel Rascão Marques tivesse estado um bocadinho mais atento à minha intervenção, enfim, concluiria que nos congratulamos pelo início da recuperação do edifício «O Trabalho». E se o senhor deputado passa por lá algumas vezes, e eu sei que se calhar passa, pode ver que as obras já começaram. Ou seja, contrariamente ao que muitos executivos anteriores diziam e não passava do papel, hoje o início da reabilitação deste edifício já é uma coisa palpável.-----

Agora, nós não somos deslumbrados de tal maneira que viéssemos congratularmo-nos aqui como se isto fosse uma obra do executivo, porque isto não é, obviamente uma obra do executivo, mas sim de privados. Contudo, não podemos aqui deixar de nos congratular pela boa influência e boa pressão que este executivo teve junto dos privados, nomeadamente diminuindo o valor patrimonial do edifício, considerando-o em pré-ruína, o que permitiu a sua aquisição. E quanto ao Colégio das



Freirinhas... a seu tempo..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Edifício «O Trabalho», não há nada a fazer, e quero apenas realçar duas coisas - nós levamos os mandatos até ao fim e não fazemos obras com outdoors."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AA - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Isto seria mais inteligível se pudessem ver que há por aqui muitas aspas e vou procurar que a leitura deixe clara, ou minimamente clara, a existência dessas aspas."-----

Por intermédio do Presidente da Assembleia Municipal segue aqui a nossa resposta à senhora doutora que em nome da Associação Nacional de Assembleias Municipais respondeu à questão da representação da Assembleia Municipal da Figueira da Foz no Conselho Municipal de Turismo.-----

Primeiro, a resposta está de acordo com aquilo que o Presidente da Assembleia Municipal e o grupo municipal do Partido Socialista desejavam, o que não é de estranhar! Mas, para isso, alguns artifícios tiveram de ser usados. Vejamos...----

Segundo, distorceu-se a questão. Assim, partiu-se não do particular para o geral, mas sim do geral para o particular. Generalizou-se a questão reconduzindo-a «a aferir se a Assembleia Municipal poderia indicar o seu representante naquele Conselho Municipal de Turismo que não seja membro daquela referida Assembleia Municipal». E no texto responde a seguir «Diga-se que a Assembleia Municipal é soberana nas suas decisões, mormente no que atine à indicação da sua representação em qualquer órgão - o que decorre, também, do sobredito ponto 1.2 que relega para as entidades a decisão da respetiva representação, devendo estas indicarem um membro efetivo e um suplente». Sendo a Assembleia Municipal soberana só falta o facto de que tal representação tem de ser sufragada pelo plenário.-----

Ora, a soberania da Assembleia Municipal reside não só no sufrágio da sua maioria, mas sobretudo na lei, no seu regimento e a sua participação não é homogénea, mas depende da forma como é pedida pelas outras entidades.-----

Não se analisou o Regimento da Assembleia, porque por ali não havia a cobertura legal e nem se lhe faz qualquer menção para não atrapalhar. Mas foi necessário



analisar o Regulamento do Conselho Municipal de Turismo, sobretudo no seu artigo 6.º pontos 1 e 1.2. O ponto 1 diz «Preferencialmente, as categorias apresentadas, são representadas por associações, que agreguem vários operadores do setor. Caso não seja possível, devem ser representadas por um elemento indicado interpares, que terá a responsabilidade de informar e articular, com os restantes operadores as consultas e deliberações tomadas pelo Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz. A representação referida deve ser colocada à consideração do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz».----- Este parágrafo levanta um obstáculo que é a representação interpares, mas então finta-se esse obstáculo com este mimo semântico: «Atenta a letra do preceito e a sua própria integração sistemática, parece sugerir que a expressão «interpares» remonta às «associações que agreguem vários operadores do setor» e que com comunguem do fito do Conselho Municipal de Turismo da Figueira da Foz».----- O parece sugerir, é uma preciosidade de interpretação para a Coligação Democrática Unitária.----- Uma vez que terminou o tempo, nós pedimos, desde já, o reagendamento desta questão para a próxima Assembleia Municipal e faremos seguir pelas vias normais o texto escrito.»-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Eu enviei aos deputados municipais a resposta da Associação Nacional de Assembleias Municipais, portanto, fiz o que tinha de fazer. Podíamos não ter optado bem, eles entenderam que sim, mas se eles entendessem que não, nós também respeitaríamos, como é nossa obrigação."-----

AB - TRANSMISSÃO EM DIRETO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "O Plano de Transição Digital faz parte da estratégia do atual Governo e refere no seu conteúdo estar firmemente apostado em aproveitar todos os recursos tecnológicos e digitais hoje à nossa disposição, tendo em conta que estamos todos rapidamente a migrar para um mundo que será necessariamente diferente, se melhor ou pior..., mas certamente diferente e sobretudo muito mais tecnológico.-----

Vem isto a propósito de constataremos, infelizmente, que estamos em abril de 2021, dia 30 de abril de 2021 e, apesar de todos os esforços, pedidos e promessas esta Assembleia Municipal ainda não está a ser transmitida via streaming. É, de facto, lamentável que isto aconteça! Não há nenhuma instituição em Portugal, seja pública ou privada, do foro político, social, empresarial e



até religioso, que não tenha migrado para o digital. Esta Câmara Municipal tem as suas reuniões transmitidas em streaming há vários anos, mas sabe-se lá porquê, esta Assembleia Municipal ainda não pode ser vista via streaming pelos cidadãos da Figueira da Foz.-----

Um Concelho onde mais de metade da população não vota, onde as redes sociais transmitem, como em todo o mundo, tudo o que lhes vem à rede, os populismos estão a avançar e todos estão muito preocupados com eles e com a falta de informação, mas infelizmente, a Assembleia Municipal da Figueira da Foz resiste teimosamente em permitir que estas reuniões sejam transmitidas via streaming. Queremos deixar aqui uma vez mais o nosso firme voto de enorme tristeza, até porque esta sessão da Assembleia Municipal muito poderia ter ajudado à recandidatura do Dr. Carlos Monteiro à Presidência da Câmara da Figueira da Foz. Nós temos um Presidente de Câmara em três dimensões. Em primeiro lugar, é evidente, temos um Presidente de Câmara absolutamente deslumbrado consigo próprio. Não há mais elogios que se possam fazer. Ele próprio, eu não sei se ele treina ao espelho, mas é tirar óculos, pôr óculos, enfim, há toda uma mise-en-scène associada à sua prestação. E, portanto, tenho muita pena que esta Assembleia Municipal não esteja já a ser transmitida em streaming porque temos, de facto, um Presidente absolutamente deslumbrado consigo próprio! Mas, apesar de estar deslumbrado consigo próprio, está absolutamente desfasado da realidade! Eu tenho muita pena que os cidadãos figueirenses não tenham assistido a esta sessão da Assembleia Municipal, exatamente, porque teriam percebido que, afinal, o edifício «O Trabalho» já está construído. Pasmem-se! Também, o Estádio Municipal José Bento Pessoa já está feito e com relva, e eu até acho que tem dois relvados, um natural e outro sintético, quer dizer já estão as obras feitas; a Zona Industrial do Pincho, meus senhores, já está construída, e a do Paião também, portanto, está tudo construído!!! Não há mais nada que se possa fazer na Figueira da Foz!-----

Aliás, ninguém tem legitimidade para sequer aqui dizer alguma coisa, porque quando se diz alguma coisa, a culpa é do Partido Social Democrata, a culpa é da dívida, e eu não sei como é que os senhores vão justificar o ponto 5.8 da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal!-----

De qualquer forma, cá estaremos e, portanto, serve esta minha intervenção para uma vez mais, referir que para nós é uma enorme pena esta Assembleia Municipal não esteja a ser transmitida. Eu penso até que as duas ou três candidaturas à



Câmara Municipal em outubro deixam de ter razão de ser, porque só pode haver uma candidatura!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Não sei se é o Presidente da Câmara Municipal que está mais deslumbrado com ele próprio, ou se é o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco que está deslumbrado com a sua própria intervenção e com os seus discursos. A única diferença é que o Presidente da Câmara tira os óculos e o senhor pelos vistos não os tira. De resto, desculpe-me, mas acho que a sua intervenção até lhe fica mal e politicamente não é correta."-----

Mas quero dizer-lhe o seguinte: primeiro, o edifício «O Trabalho» por acaso já está construído, não está é restaurado, mas está a ser restaurado; segundo, os mandatos são de quatro anos, por isso, o mandato ainda não terminou, aliás, ainda não temos eleições marcadas e, portanto, a Câmara Municipal mantém-se em funções."-----

Eu sei que custa, é difícil para a oposição ver o Município lançar tantas obras - são as obras o edifício «O Trabalho», o Convento de Santa Maria de Seiça, a substituição de luminárias Leds, as bicicletas partilhadas (FIGAS) cujo procedimento vai ser aprovado aqui em Assembleia Municipal, e que se prende com um projeto de mobilidade amiga do ambiente inovador e reconhecido a nível nacional. São um conjunto de intervenções e de obras que este Município está a levar a cabo e eu sei que isto custa!"-----

O ideal seria a Câmara não fazer nada porque era mais fácil fazer oposição, mas temos pena! Esta Câmara Municipal está em funções, tem um mandato de quatro anos e não de três anos e alguns meses, portanto, está a apresentar as obras que tem de apresentar, que sempre programou e sempre falou nelas nos programas eleitorais e ao longo deste mandato."-----

Por muito que custe, não é uma questão de deslumbramento do seu Presidente, é uma questão de estar a trabalhar em prol da população e a apresentar aquilo que tinha prometido e as populações anseiam."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques."-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Agora, vão-me desculpar, se vivemos em liberdade temos o direito de não concordar com as opções que o Presidente da Câmara toma e, portanto, este também tem de aceitar que nós não concordemos com essas opções. Agora, não faça demagogia!"-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente ao Plano Digital penso que era mais uma crítica ao Governo. De qualquer maneira, permitam-me dizer-vos que nós colocámos, em todos os Agrupamentos de Escolas, salas do futuro, câmaras de filmar em todas as salas e estamos a lançar um concurso para colocar televisores interativos. Portanto, pela nossa parte, estamos a dar este contributo e mais faremos no próximo ano letivo."-----

Queria esclarecer aqui uma situação. Eu vejo mal ao perto e os meus óculos são de ver ao perto. Por isso, eu quando quero ver ao perto coloco os óculos e quando quero olhar para vós tenho de os tirar. As minhas desculpas, não foi sempre assim, aconteceu com o evoluir da idade e ainda não me consegui adaptar aos óculos bifocais."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Eu não fiz nenhuma crítica ao Plano de Transição Digital do atual Governo. Quando eu tenho de criticar, critico, quando tenho de aplaudir, aplaudo. O Plano de Transição Digital é uma ótima iniciativa deste Governo."-----

Assim como aceito claramente as críticas que me fazem a mim. É assim o jogo, é assim a vida! Agora, não há nenhuma crítica minha ao Plano de Transição Digital antes, pelo contrário, aplaudo e sou interventivo nele."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, eu tenho a impressão que o senhor lida mal com as pessoas. É a minha opinião, mas posso estar errado."-----

Penso que, no princípio do ano, quando já estávamos em pandemia, todos nós a desvalorizámos e depois ela começou a meter-nos medo, mas as nossas assembleias começaram a funcionar aqui no Grande Auditório do Centro de Artes e Espetáculos, onde tínhamos todas as condições sanitárias. As nossas assembleias são públicas e se o público não vem ou é porque nós não temos muito interesse para ele, ou por outros problemas, porque nunca ninguém se abeirou de mim a dizer que gostaria disto ou daquilo."-----

Mas eu digo que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco lida mal com a democracia. Se não repare: há uns três anos quando eu falei convosco para que a Assembleia Municipal da Figueira da Foz integrasse a Associação Nacional de Assembleias Municipais, e na altura, eu disse-o há pouco tempo, eu aceitei a resposta que me foi dada pelo então líder do grupo municipal, isto é, a Câmara



tinha dívidas e, portanto, era bom que não se arranjassem mais dívidas para a Câmara. Aguardei estes três/quatro anos e quando agora apresentamos a proposta para pertencermos à Associação Nacional de Assembleias Municipais o seu grupo municipal votou contra, porque o senhor não se interessou. Nós temos de estar sempre aptos para fazer o que os senhores pedem e quando é necessária alguma coisa, vocês votam contra, abstêm-se e fazem tudo, menos votar a favor.----- Mas anda muito preocupado com a transmissão online das sessões da Assembleia! Estamos a tratar de tudo. O senhor não atende às prioridades. Esta pandemia afetou todos, como afetou também os trabalhadores do Município e, portanto, há que ter prioridades.----- Há três/quatro anos começaram a dizer que as reuniões da Câmara tinham de ser públicas, mas a lei determina que apenas uma é pública, e o processo fez o seu caminho. Neste momento, ambas as reuniões de Câmara já são públicas e transmitidas online.----- Depois, veio com o argumentário de aumentar o número das sessões da Assembleia Municipal. A lei e o Regimento determinam que são cinco as sessões ordinárias por ano, podendo haver ainda sessões extraordinárias caso se justifiquem. A Câmara já acomodou esta proposta, eu estive sempre disponível, nunca disse à D. Helena para entravar o processo, mas quero dizer-lhe que tenho muito gosto de ver aqui os cidadãos. Aliás, quando abro a sessão é sempre com uma saudação amistosa, solidária e fraterna que cumprimento o Presidente da Câmara, as senhoras e senhores Vereadores, as senhoras e os senhores deputados, a imprensa e os prezados concidadãos cuja presença muito nos honram.----- Eu luto por isto, para que os cidadãos estejam aqui nas nossas assembleias, que nós possamos criar condições para eles continuarem a vir cá e ouvirem o que se passa na sua Assembleia Municipal. Mas o senhor deputado está mais interessado em mandar soundbites do que saber as razões. E tiro esta conclusão porque o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco falou duas vezes comigo e na última vez em vídeo, eu disse-lhe a verdade «houve impedimentos para o podermos fazer».---- Falei consigo, não acreditou em mim, e veio para esta assembleia... é assim, eu sei que custa, mas custa mais eu ter-lhe falado com o coração nas mãos. Olhe, senhor deputado, eu julgo todos aqueles com quem diálogo como pessoas de bem, homens bons. Eu sou uma pessoa de bem, julgo as outras pessoas à minha imagem e semelhança e eu, quando falo consigo julgo-o à minha imagem e semelhança. Não sou nenhum malfeitor, não pude ser mais franco consigo e o senhor deputado ainda



vem trazer para aqui o assunto!!!-----
Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, aquilo que nos devia unir nesta Assembleia, é mais importante do que aquilo que nos separa, está para além das nossas diferenças e no limite das nossas divergências. Interiorize isto e venha para esta Assembleia com vontade de colaborar e vai ver que tem a aceitação de todos. O senhor está sempre contra tudo e vou-lhe dizer mais «um dia o senhor deputado vai ter medo da sua sombra», porque até a sua sombra o vai assustar, porque você está em negação permanente.-----

Quando as assembleias forem transmitidas o senhor vai querer o soundbite lá fora. Não contará comigo para isso, porque o Regimento não diz que as assembleias têm de ser transmitidas online. Quando elas tiverem de o ser, se calhar, faremos uma experiência.-----

Eu queria que o senhor me levasse a sério quando fala comigo, como eu o levo a sério quando falo consigo. Admirei-o quando um dia se levantou do seu lugar e veio aqui ao lado falar comigo, porque vi que queria e estava a dignificar e a prestigiar este órgão.-----

Portanto, se houver a possibilidade de em junho já transmitirmos em direto e online a sessão da Assembleia Municipal, assim o faremos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, acho que com todo o respeito que a sua intervenção...”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Deixe-me só dizer-lhe isto senhor deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco - neste momento, quando me diz que é com todo o respeito, eu entendo que é com todo o desrespeito.-----

Deputado municipal Manuel Rascão Marques, eu sinto-me. O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco pode continuar a falar agora, mas não diga mais «com todo o respeito».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Eu entendo as suas palavras como o desrespeito à democracia na Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Muito bem, muito obrigado. Se era para isso podia ter ficado calado senhor deputado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu vou abandonar esta assembleia, vou tirar daqui as consequências e vou instar a que



as pessoas de bem abandonem esta Assembleia Municipal. O que se está aqui a passar, o que o senhor fez é um ataque pessoal e eu não estou aqui para ser atacado pessoalmente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "E é por aquilo que o senhor me fez..."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Está-me a dizer que é um ataque pessoal?!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "É, sim senhor."-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Está-me a dizer que é um ataque pessoal. Eu vou tirar as devidas consequências daquilo que está a acontecer. Vou-me embora porque não estou para ser tratado desta forma por aquele que se diz Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz. É uma vergonha o que se está aqui a passar e o senhor vai ser responsabilizado por isto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Havia um ponto do Partido Social Democrata extra-agenda, mas como o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco abandonou a sala sem o ter entregue, passaremos de imediato ao Período da Ordem do Dia."-----

Abandonaram a sessão em protesto os membros do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, tendo a sessão prosseguido com os restantes membros da Assembleia Municipal presentes.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Antes de entrarmos neste ponto, nós não podemos deixar de comentar o que acabou de acontecer. E foi um espetáculo, de facto, deplorável que já se andava a anunciar há algum tempo, mas que eu, na minha ingenuidade natural, nunca imaginei que pudesse chegar ao ponto a que chegou. Nós temos de ser tolerantes para com e com as opiniões diversas. De facto, às vezes lidam mal com a crítica, e isso poderá ser uma questão de feitio, mas enquanto detentores de responsabilidades públicas temos de deixar os nossos feítios em casa. Do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, isto é absolutamente um acontecimento que vai manchar a nossa história, porque é impossível passar sobre



ele, na medida em que aconteceu, não numa conferência de líderes ou num grupo de trabalho, mas numa sessão ordinária da Assembleia Municipal, e ainda por cima no mês de abril de 2021.-----

Lavramos aqui o nosso protesto, o nosso desagrado e o repto lançado pelo deputado municipal, Teotónio Jesus Cavaco, também não foi o melhor, na medida em que ele convidou as pessoas de bem, se é que eu ouvi bem, repetindo advérbio, a abandonar a sessão. Nós somos pessoas de bem e vamos manter-nos na Assembleia, mas deixando muito clara qual é a nossa posição sobre o que aqui, de facto, se passou.-----

Passando, agora, ao documento em análise, uma primeira consideração para aplaudir o avanço que se conseguiu neste documento. Desta vez, apenas ficou para trás a reunião de Câmara Municipal de 19 de abril, que ainda não estava aprovada aquando da emissão do documento. E esta nova maneira de encarar a informação escrita do Presidente da Câmara permite uma atualização e um maior nível de conhecimento e, por isso, nós saudámo-la já que há tanto tempo a reivindicamos.-

A segunda consideração não é tão boa. Continuam em falta os anexos e umas vezes eles são quase «irrelevantes», na medida em que ou é muito perceptível do que estamos falando através do texto ou, então, são assuntos que até já passaram pela apreciação e votação em sessões de assembleia, mas outras vezes não é assim. E há faltas de anexos em assuntos nas páginas quatro, cinco, dezasseis, dezoito, vinte e seis, quarenta e quarenta e cinco.-----

Terceira consideração, no plural considerações, como costumamos fazer:-----

Na página três, relatam-se algumas obras, nomeadamente em vias de comunicação, mas lembramos que as requalificações da Estrada Nacional 111 e Estrada Nacional 109 não são responsabilidade municipal, são responsabilidade delegada do poder central. Nas freguesias rurais o cenário continua muito triste, deixando o estado das vias muito a desejar. E nós recebemos muitos lamentos e queixas de nossos amigos residentes nas freguesias rurais, e quando também resolvemos dar uma volta, agora estão inviabilizadas, mas de vez em quando lá se consegue, constatámos que assim é.-----

Na mesma página, refere-se a anterior falta de Casas Mortuárias nas Freguesias, e estou a citar, de Santana, Borda do Campo, Lavos e Vila Verde. Apraz-nos registar não só que tenham sido construídas as casas mortuárias, mas ver que a Câmara Municipal continua esperançada na existência das duas primeiras Freguesias citadas - Santana e Borda do Campo. Aliás, o Presidente da Câmara já



hoje falou em Freguesia de Santana.-----
Ainda falando de obras, lamentamos o que aconteceu há uns dias nas lojas da Frente Marítima de Buarcos. Refere este documento que na Rua 10 de Agosto nunca mais houve problemas de inundações após chuvadas depois das obras que aí foram levadas a cabo. Pois não. Mas nós lembramos que foram técnicos da Câmara Municipal da Figueira da Foz, profissionais altamente qualificados, que projetaram essas obras e as acompanharam ao milímetro, e essa terá de ser forçosamente a diferença.-----

A páginas quatro, segundo parágrafo, convém que em documentos oficiais haja rigor de linguagem e fala-se na Escola Primária do Viso. Ora, há muito que esta classificação caiu em desuso, será a Escola de 1.º Ciclo de Viso. No quarto parágrafo da mesma página, refere-se a tarifa social da água para famílias numerosas, mas, apesar da existência desta tarifa, a Figueira da Foz continua a pagar demasiadamente alto e caro por este bem público. Basta comparar com os valores praticados em concelhos vizinhos bem próximos.-----

Na transição entre as páginas sete e oito, mais uma vez, é muito recorrente, repetitivo e cansativo a referência a trabalhos a mais. É uma saga da qual não nos livramos.-----

Nas páginas onze e treze, uma grande confusão de linguagem em torno do episódio, vou-lhe chamar assim, mas não tem nada de depreciativo, da Naval. A páginas onze, fala-se que a carta da Direção da Naval não foi a melhor maneira de se retratar, será que não é antes exprimir. Não foi a melhor maneira de se exprimirem. É que não vimos ali naquela carta nenhuma retração, e se tivesse havido essa intenção a palavra, desculpem o preciosismo, mas teria que ter «c» com o Acordo Ortográfico de 90 ou sem ele. Já na página treze, no penúltimo parágrafo, fala-se em ensejo, então, mas não é antes um desejo, uma ambição, um querer?! Julgámos ser pertinentes e obrigatórias estas correções para que o texto não fique defeituoso.-----

Página dezassete, na última bolinha, fala-se na emissão de uma declaração sobre a inexistência de localização alternativa fora da Reserva Ecológica Nacional... Nós perguntámos onde, de que é que se fala, para quê e o que é, porque tal não transparece no texto, embora seja uma ata de reunião de Câmara.-----

Página trinta, menciona-se um Protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente a propósito da reposição de areias nas praias do Sul. Nessa ata, diz-se que o assunto foi adiado para uma próxima reunião de Câmara, mas depois não



encontrámos nenhuma referência ao Protocolo nem na ata imediatamente a seguir, 15 de março, nem na de 05 de abril, a última a que tivemos acesso. Qual é o ponto da situação deste Protocolo?-----

A páginas trinta e um, último parágrafo, fala-se de um aumento temporário de fundos para o mês de março de 2021 em 04 milhões de euros. Isto é mais ou menos como quando nós resolvemos gastar o Subsídio de Natal em março, mas depende de termos ou não o dinheiro correspondente ao subsídio para o gastar. A explicitação dada diz que este montante será deduzido na previsão da receita efetiva própria do mês de dezembro de 2021, particularmente na receita esperada do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Neste contexto urge perguntar: porque não está explicado, na informação a que tivemos acesso, como é que a receita esperada do Imposto Municipal sobre Imóveis (porque é exatamente isso, apenas esperada, ainda não existe) aumenta os fundos numa tal fatia? E qual a razão para a necessidade deste aumento? De que forma é que este aumento está representado na informação financeira? Como está a operação espelhada na execução orçamental? Esta operação, com estes valores, não necessitaria da intervenção da Assembleia Municipal?-----

Na página trinta e dois, no penúltimo parágrafo, diz-se terem sido abatidas árvores por força de infestação por processionária, mas nós chamamos a atenção que há modos de resolver este tipo de situações sem passar pelo abate. É que na cidade há outras árvores antigas e bonitas que estão infestadas. Irão ter também este triste destino sendo abatidas porque têm processionária, ou vão-se matar as processionárias?-----

A páginas trinta e seis, muito amaríamos estar tão otimistas quanto estão os senhores em relação ao combate dos jacintos-de-água, mencionados no primeiro parágrafo a propósito da aquisição de um veículo anfíbio aquático. Mas queremos não ter razão com a nossa dose de pessimismo.-----

Quereríamos pedir o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos referido na terceira bolinha desta mesma página e perguntar desde já se esta comparticipação camarária terá um impacto realmente relevante nos preços que vão ser pagos pelos utentes do transporte público.-----

Página quarenta e quatro, algumas informações e considerações sobre o serviço de saúde no Concelho são feitas neste parágrafo. Nós pretenderíamos pedir uma atualização sobre uma questão importantíssima, a saber, o rácio Utente/Médico de



Família, porque sabemos que há pessoas sem médico de família atribuído e se a situação já era degradada antes da pandemia, agora, tendeu a agravar-se. Por exemplo, em Brenha e noutras localidades as pessoas ficaram perfeitamente deixadas ao «deus-dará».-----

Na página quarenta e cinco, refere-se que a Câmara resolveu homenagear, e do nosso ponto de vista muito bem, a Dr.^a Amélia Pereira pela sua longa vida de serviço em prol da Saúde deste Concelho.-----

A páginas quarenta e sete e para terminar, no segundo parágrafo, refere-se uma expropriação em Tavarede junto ao Largo da Igreja de 2325 m². Qual o propósito desta expropriação, ou seja, qual a necessidade de terem decidido esta operação?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Apenas gostaria de pedir alguns esclarecimentos.----
Primeiro, na reunião ordinária de 18 de janeiro de 2021 a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Figueira da Foz e a EDP-Gestão da Produção de Energia, S.A., no âmbito do Projeto «Partilha com Energia». Quais os objetivos principais deste Projeto?-----

Segundo, quais os pontos-chave do Projeto Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar II, acordo celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e demais municípios, parceiros?-----

Terceiro, na página dezasseis, menciona-se a deliberação, por unanimidade, da aprovação do Protocolo de Cooperação e Coordenação para utilização do Sistema de Videovigilância da Figueira da Foz (Bairro Novo), celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Polícia de Segurança Pública. Em que estado de desenvolvimento se encontra o presente protocolo?-----

Quarto e por último lugar, pergunto quais pontos-chave do Acordo celebrado no âmbito da implementação do Projeto «Região de Coimbra com Igualdade», promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede, congratulo-me e agradeço todo o trabalho e esforço desenvolvido por mim e pelo Presidente da Câmara Municipal e a sua equipa, para a expropriação dos terrenos



do Quintal Ferreira em Tavarede.-----
Quem é de Tavarede e quem vive Tavarede há muitos anos sabe que esse é um espaço solicitado pelas gentes de Tavarede a fim de dignificar uma das zonas nobres daquela Freguesia - o Largo da Igreja. Quem lá passa, mas quem lá não vive, provavelmente desconhece que quando há casamentos, batizados ou funerais é, efetivamente, um pandemónio. As pessoas costumam transportar-se de automóveis particulares e, infelizmente, não conseguem levá-los às costas e, portanto, aquilo ali fica completamente impossível de transitar.-----

Após negociações com os donos dos terrenos, foi possível alcançar-se uma determinada compreensão e até uma anuência dos seus donos, contudo, houve uma intervenção de uma personagem estranha a esses donos que sobrevalorizou os custos daquilo que valeria o terreno. Provavelmente também uma pessoa que não passa nem vive em Tavarede e, portanto, não vê ou não conhece as dificuldades que há e a realidade da mobilidade naquela zona.-----

Por isso, em articulação com a Câmara foi certamente, pensado e bem, criar ali aquele espaço destinado a uma zona onde as pessoas possam estacionar. Obviamente, intervém em duas pequenas parcelas de quem explora o terreno, mas como ali é permitida a construção não vai ter mais nenhum impacto nem nenhum confronto com questões ambientais.-----

Todos os Tavadenses estarão de acordo com este processo e, pelo menos, é aquilo que a Junta de Freguesia sente deste processo, que é o tentar concluir o sonho e o anseio de há muitos anos das gentes Tavadenses."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, a Estrada Nacional 111 já é uma estrada municipal. Neste momento, no nosso Concelho, a única que não é municipal é a A17, parte da A14 e depois, este itinerário do IC1 que veio substituir a antiga Estrada Nacional 109. Hoje é um dia par. Nos dias ímpares, tudo o que acontece no Concelho é responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Ainda há bem pouco tempo, eu em reunião de Câmara era acusado de não termos influência e de ser por isso que essa obra não avançou. E nós apenas nos congratulamos com o facto de ela ter acontecido, portanto, ninguém quis usurpar ao Governo o trabalho e a responsabilidade.-----
Rua 10 de Agosto - eu não sei exatamente o que está expresso, o que eu disse foi que a Rua 10 de Agosto, mesmo com a intervenção profunda ali feita, naquele dia e àquela hora não conseguiu responder à pluviosidade que caiu tão rapidamente.



Foi isso que eu disse para fazer a analogia com aquilo que aconteceu em Buarcos, onde caiu muita água em muito pouco tempo. Passados 10 minutos depois de ter parado de chover, não havia lá água nenhuma. Os sistemas estão dimensionados para circunstâncias normais ou acima do normal, mas aquela circunstância foi muito anormal. Quem ali vive e quem conhece aquela zona sabe que, depois, no dia 24/25 de abril, se não me falha a memória, voltou a chover muito e o sistema respondeu.-----

As minhas desculpas relativamente à terminologia «Escola do Viso», provavelmente até fui eu que tive a falha, mas deve-se àquele vocabulário enraizado em quem andou numa escola primária e, por vezes, ainda não faz esta analogia correta. É evidente, é uma Escola do 1.º Ciclo e muito obrigado pela chamada de atenção.---

Deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, sobre o custo da água todos nós sabemos, infelizmente, o quão complicado foi o contrato assinado, salvo erro, em 1998/2000, e as adendas entretanto feitas até 2009, a aumentar sempre o custo da água. Eu vou dizer isto porque é justo eu dizê-lo: o custo da água está muito prejudicado por esses contratos, mas também é justo dizer que esses contratos permitiram que o Concelho tenha uma rede de saneamento muito acima da média nacional.-----

Todos nós hoje estamos a pagar, mas também é justo eu dizer que nas várias negociações feitas de 2009 para a frente, nós fizemos a contenção do aumento que esse contrato original e essas adendas previam, e criámos as tarifas sociais e as tarifas para as famílias numerosas. Se quer a minha opinião, eu considero que quando o Contrato de Concessão terminar o Município deve internalizar o serviço. É assim que faremos. Hoje, não temos condições para pagar o custo desse processo.-----

Apesar de não ter percebido bem a questão, quanto à declaração sobre a inexistência de localização alternativa fora da Reserva Ecológica Nacional, a autarquia pretende aprovar que não existe alternativa à Estrada denominada «Enforca Cães». Eu não conheço outra ligação possível entre o Cabo Mondego e a Murtinheira, por isso é que nós trouxemos aqui o pedido de reconhecimento de interesse público.-----

Abate de árvores - nós cortámos pinheiros-bravos infestados com processionárias para salvaguardar o pinheiro-manso que está a ser tratado. As processionárias atacam preferencialmente os pinheiros-bravos, depois, em segunda opção, os pinheiros mansos e muito excecionalmente os cedros. Desde 2019, a Câmara



Municipal deliberou que não se procede ao abate de nenhuma árvore sem o respetivo processo ir a reunião do executivo. Ultimamente, as que apareceram nas redes sociais foram cortadas por um condomínio, nada tendo a ver com a Câmara Municipal.-----

Mas também quero dizer-vos que, a curto prazo, vamos elaborar um regulamento para que as árvores na zona urbana não possam ser cortadas sem autorização da Câmara Municipal e sem fundamento, seja em espaço público, seja em espaço privado.-----

Relativamente ao Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos, esta é uma pequena rubrica no valor de 4.000 euros, se não me falha a memória, que é da responsabilidade da autarquia, tal como os outros municípios também pagaram, mas a redução é de 50% nos transportes ferroviários e rodoviários para as pessoas com passe da zona da Comunidade Intermunicipal de Coimbra que utilizem transporte ferroviário ou rodoviário.-----

A expropriação em Tavarede está respondida.-----

Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, quanto às questões sobre o Protocolo de Colaboração com a EDP-Gestão da Produção de Energia, S.A., no âmbito do Projeto «Partilha com Energia», nós não queremos chamar ao sistema que temos em Vila Verde e que vamos estender a todo o Concelho, uma Smart City, mas gostamos de lhe chamar iluminação inteligente. Porque este processo que penso ser caso único, até o momento, no país, tem os braços de iluminação pública com energia 24 horas em Vila Verde, que é o projeto-piloto e vamos generalizar a todo o Concelho.-----

Acende e apaga por telegestão na luminária. Qual é vantagem disto? Durante as 24 horas, os contadores da água estão a comunicar com os braços de iluminação pública que têm energia, e os braços de iluminação pública estão a comunicar entre si e com a central, permitindo informar e alertar quem está nesse sistema e na hora se tem uma pequena rotura. Portanto, estamos a fazer economia de energia e um uso cuidado de água. Ao preço a que a pagamos e o bem escasso que é no Planeta, esse uso tem de ser feito muito cuidado. E o contrato com a EDP-Gestão da Produção de Energia, S.A. é nessa perspetiva.-----

A 05 ou 06 de junho, vamos ter na Figueira da Foz um encontro de veículos elétricos, onde vão cá estar todas as marcas e os nossos veículos elétricos, porque estamos convictamente preocupados em contribuir para a neutralidade carbónica em 2050. E estamos quase a poder ter lá um braço de iluminação



pública, que podemos generalizar pelo Concelho, para que, com uma consola, qualquer um de nós que não tem garagem e não pode fazer o carregamento lento do seu veículo elétrico o possa fazer à porta de casa sem ter de ter uma infraestrutura complexa.-----

Utilizar os braços de iluminação pública para ter a consola e para carregar o carro na zona urbana será importante, porque os braços de carregamento rápido, super-rápido e extrarrápido são importantes para quem circula. E, em vez, de andarmos a encher o Concelho com postos de carregamento vamos utilizar os postes de iluminação pública com energia 24 horas. Isto é possível, também, fundamentalmente porque durante o dia temos a potência toda disponível e, durante a noite, vamos utilizar apenas 20% da energia da potência que usávamos no passado.-----

Temos uma parceria sobre isto e vamos lançar também, a curto prazo, uma pós-graduação nestes temas em parceria com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra. É um trabalho muito inovador e grande parte dele desenvolvido pelos técnicos da Câmara Municipal.-----

Planos inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - integram um conjunto de coisas, como as salas do futuro, mas, fundamentalmente, consiste em suportarmos assistentes sociais, psicólogos, terapeutas da fala e terapeutas ocupacionais.--

Mediadora de etnia cigana - pretende tentar atenuar as dificuldades de alguns ou tentar resolvê-las logo de início.-----

Quem é profissional da área sabe que insucesso gera insucesso, um aluno que reprova tem muito mais probabilidades de voltar a reprovar do que um aluno que não reprova. Queremos que todos, os mais carenciados, menos carenciados, com dificuldades, sem dificuldades, sejam elas quais forem, tenham igualdade de oportunidades. Tudo estamos a fazer e continuaremos a fazer para atenuar estas desigualdades, algumas económicas, outras físicas e psíquicas. Tudo fazemos e faremos para que sucesso escolar seja ou se aproxima dos 100%.-----

No tocante à videovigilância, temos um protocolo fechado com o Superintendente Rui Moura, articulado com o Ministério da Administração Interna, para podermos colocar videovigilância no Bairro Novo. Só não vamos iniciar já a obra, porque não queremos esventrar agora o Bairro Novo, uma altura em que passámos à fase seguinte do desconfinamento e não queremos minimamente afetar a atividade da restauração e da hotelaria. Também não é justo, nós limitarmos as obras no Bairro Novo durante este período balnear e, depois, ser o Município a andarmos



em obras. O concurso está pronto a ser lançado, o Protocolo está assinado e queremos iniciar a 15 de setembro.-----

Permita-me, ainda, dizer-lhe deputado municipal Christopher Maia Oliveira que estamos a articular com a Guarda Nacional Republicana um protocolo semelhante numa perspetiva diferente, porque as nossas luminárias podem ter acopladas câmaras de filmar. Nós hoje sabemos o número de carros, de pessoas e de gatos que passam em algumas ruas de Vila Verde que achávamos pouco frequentadas. Obviamente, esses dados não identificam as pessoas nem os gatos, mas temos esses dados e aquilo que pretendemos é que este sistema também possa funcionar como videovigilância, com as devidas regras e salvaguardando sempre a proteção de dados. E este sistema de iluminação pública permite-o numa perspetiva muito mais económica, não de transmissão contínua de dados, mas de armazenamento de dados nas câmaras que poderão ser acedidas pela Guarda Nacional Republicana, cumprindo todas as normas necessárias e tornando a Figueira da Foz um concelho ainda mais seguro.-----

Os fundos disponíveis, se o Presidente da Assembleia Municipal mo permitir, deixaria os esclarecimentos ao Vereador Nuno Gonçalves que está mais por dentro das questões técnicas. E por fim, pedia-lhe também que autorizasse a Vereadora Diana Carina Rodrigues a usar da palavra para dar alguns esclarecimentos relativamente ao projeto e programas para igualdade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Nuno Gonçalves.-----

VEREADOR NUNO GONÇALVES: "A propósito do aumento temporário dos fundos disponíveis em 04 milhões de euros, gostava de deixar aqui duas ou três notas.-- Esta é uma medida que se enquadra perfeitamente na moldura legal e, portanto, nós não propusemos nada que não se enquadrasse. Para isso é preciso que o Município da Figueira da Foz não tenha nenhum pagamento em atraso e esta é a primeira nota de relevo que gostava aqui de deixar - só é possível fazer isto quando não há pagamentos em atraso.-----

E a segunda nota é que isto decorre da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. E gostava também aqui de recordar que, como sabem o Município suspendeu as vinculações advindas do Plano de Saneamento Financeiro, mas esta vinculação não prescindiu por vontade própria, porque entendemos que a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso é uma extraordinária ferramenta de gestão no controlo da despesa pública e, portanto, quisemos estar vinculados à mesma.-----



E esta é a razão pela qual quando este aumento muito grande dos compromissos, que são compromissos elevados que têm a ver com o nível elevadíssimo de investimento que está a ser feito no nosso Concelho e, portanto, isto é motivo de regozijo, como a receita nesta janela temporal do cálculo dos Fundos Disponíveis não tem um comportamento regular, mas dentro do quadro do Orçamento anual ele existe.-----

Portanto, não é como a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz aqui sugeriu que estávamos a gastar mais do que aquilo que tínhamos. Não. Não é exatamente isso, é sim, o facto de nós podermos recalcular isso no final do ano a propósito de uma contrapartida de Imposto Municipal sobre Imóveis, que também como se sabe, passou a ter uma receita em três vezes quando antigamente era só em duas vezes. E, portanto, este estudo foi devidamente feito e calculado, e é de facto, uma estratégia que corrobora o elevadíssimo nível de investimento que o Município está a fazer no Concelho da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Diana Carina Rodrigues.-----

VEREADORA DIANA CARINA RODRIGUES: “O Protocolo celebrado com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra diz respeito a um Projeto Intermunicipal de elaboração e implementação de Planos Municipais para a Igualdade. Trata-se de uma candidatura englobando todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, num total de 639.000 euros, sendo a comparticipação do Município da Figueira da Foz de 3.750 euros.-----

Na senda do que tem vindo a ser feito na revitalização das políticas de promoção da igualdade, pretende-se implementar e desenvolver Planos Municipais para a Igualdade em todos os municípios desta região que ainda não os têm, sendo que, neste caso estamos a falar da maioria, à exceção do Município da Figueira da Foz que tem já um Plano Municipal para a Igualdade de 2.^a Geração e também o Município de Vila Nova de Poiares. Portanto, para estes dois municípios este projeto servirá para implementação e avaliação das medidas previstas nos seus Planos Municipais para a Igualdade e para todos os outros terá, para além destas duas componentes, também a componente de diagnóstico local e de desenvolvimento dos documentos de planeamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Há duas coisas que não foram muito bem entendidas, provavelmente por falta de acuidade da minha parte.-----

Quando perguntámos sobre a questão da Reserva Ecológica Nacional, apenas a



colocámos porque o texto não diz onde é, nem para o que é, nem do que se trata. É um vazio.-----

Senhor Vereador Nuno Gonçalves, nunca disse que estavam a gastar aquilo que não tinham. O que eu disse foi que nós quando queremos gastar o subsídio de Natal em março, porque nos dá jeito, temos primeiro de ver se realmente temos esse dinheiro. E nós queríamos saber em que ponto estavam as circunstâncias. Nunca estivemos a dizer que estiveram a gastar dinheiro que não tinham, e até poderia ter havido aqui uma transferência de rubricas, etc.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CONSTITUIÇÃO DO JÚRI PARA UM PROCEDIMENTO CONCURSAL DE DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2.º GRAU - CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E RECURSOS HUMANOS

Pelo Presidente da Câmara foi presente o despacho de abertura de um procedimento concursal para dirigente intermédio de 2.º grau, tendo em vista o provimento definitivo do cargo dirigente de Chefe de Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, inserido na reestruturação orgânica dos Serviços do Município da Figueira da Foz aprovada em sede de Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2013, entretanto exercido em regime de substituição desde 01 de março de 2021.-- Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 05 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, do independente Manuel Fernandes Domingues e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, designar o júri de recrutamento do procedimento



concursal para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, o qual terá a seguinte constituição:-----
Presidente - Victor Manuel Tavares da Silva Pereira, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal da Figueira da Foz; Primeira Vogal efetiva - Ana Margarida Perrolas de Oliveira e Silva, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo da Câmara Municipal da Figueira da Foz; Segundo Vogal efetivo - Nuno Filipe Amaral Antunes da Costa, Chefe de Divisão Jurídica e Contencioso da Câmara Municipal da Figueira da Foz; Vogal suplente - Alexandre Miguel Gonçalves Nunes, Chefe de Divisão de Educação e Assuntos Sociais da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Pelo Presidente da Câmara foram propostas duas alterações da Organização dos Serviços Municipais no sentido de se criarem (02) dois Gabinetes - (01) um Gabinete de Estratégia Local de Habitação dependente do Presidente da Câmara Municipal e (01) um Gabinete de Apoio ao Novo Município dirigido pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência - e (01) uma Subunidade Orgânica de Armazém, integrada no Serviço de Contratação Pública, fixando-se em 11 (onze) o número máximo de subunidades orgânicas.-----

Estas propostas têm subjacentes o facto de se pretender operacionalizar de forma mais eficiente os Serviços Municipais, adaptando-os às novas exigências legais decorrentes da estratégia Local de Habitação e à aposta num serviço de proximidade para atrair e captar novos residentes para a Figueira da Foz e apoiar o regresso dos figueirenses no estrangeiro.-----

Estes processos foram votados favoravelmente nas reuniões de Câmara de 15 de março e 19 de abril, ambas de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Nesta alteração verifica-se a adição de um novo Gabinete de Apoio ao Novo Município, um novo Gabinete de Estratégia Local de Habitação e uma nova Subunidade Orgânica de Armazém.-----

O Gabinete de Apoio ao Novo Município irá igualmente apoiar todos os figueirenses, de todas as faixas etárias, que atualmente não se encontram a residir e a trabalhar no Concelho, porque tiveram de encontrar novas oportunidades profissionais no território nacional e que tencionam regressar à



sua cidade?-----

Quais as razões para a génese da Subunidade Orgânica de Armazém? Esta Subunidade não estaria mais bem enquadrada na área destinada à logística?-----

Termino esta intervenção perguntando: a leitura das atribuições do Gabinete de Estratégia Local de Habitação deixou-me a pensar sobre o futuro da Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal. O que é que a Câmara Municipal já decidiu sobre o mesmo?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Nós entendemos que este ponto deveria ter sido subdividido em dois.-----

Sobre o Gabinete de Apoio ao Novo Município, a determinada altura, ficou-nos a impressão que isto seria um pouco a sobreposição relativamente ao serviço, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Terá isto algo a ver já com a nova estrutura?-----

O objetivo da criação da Subunidade Orgânica de Armazém será nomearem um chefe, para o trabalhador do armazém que, segundo parece, é extremamente competente? Mas isso é o que dizem as más-línguas...-----

Por último, queríamos saber o que vai exatamente fazer o Gabinete de Estratégia Local de Habitação? Estão aqui todos estes pontos que ele vai trabalhar, mas a nós parece-nos que deveria ser diferente. Qual é a ligação que vai ter com o outro serviço de habitação?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Relativamente à Subunidade Orgânica de Armazém a intenção é mesmo tornar chefe esse trabalhador competente que ali trabalha com mais uma série de colegas. Com a centralização de um conjunto de serviços de contratação e a digitalização/informatização da maior parte dos serviços do Armazém, esse trabalhador tem feito um trabalho excecional com os seus colaboradores. Portanto, a ideia é ter ali um Coordenador e fazer a esse trabalhador o reconhecimento, em termos de cargo.-----

O Gabinete de Apoio ao Novo Município - a questão não tem nada a ver com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nem queremos imiscuir-nos nessa situação.- Todas as semanas eu assino atestados de residência a novos residentes, muitos da União Europeia, outros de fora da União Europeia, mas a maior parte dentro da União Europeia. Nós queremos, apenas com a estrutura da casa, ter um Gabinete



que receba estes novos munícipes quando chegam, os encaminhe e apoie a encontrar a escola para os seus filhos e a ter um médico de família, os ajude a encontrar habitação e, fundamentalmente, muitas vezes os ajude a ultrapassar o problema da língua no pressuposto que a maior parte deles não conhecem português e, infelizmente, a nossa sociedade ainda tem muitas pessoas que não dominam o inglês.-----

Portanto, a ideia é acolher bem quem chega e ajudar. Queremos que essas pessoas se fixem, porque, na verdade, a Figueira tem qualidade de vida.-----

Gabinete de Estratégia Local de Habitação - habitação não é só apoiar os carenciados e as pessoas com insuficiência económica. Temos outros problemas, temos uma classe média e temos um conjunto de técnicos, temos um conjunto de jovens que têm dificuldade em encontrar a sua casa e em pagar a renda. Temos toda uma estratégia aprovada aqui em Assembleia Municipal e este Gabinete já fazia parte dessa estratégia.-----

A Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal, neste momento, está a desenvolver um trabalho de exceção a requalificar um conjunto de fogos em termos de eficiência energética, empreitada na ordem dos 02 milhões de euros, melhorando a qualidade daqueles fogos e também com isto contribuindo para em 2050 termos a neutralidade carbónica. Portanto, vamos deixar a Figueira Domus - Empresa Municipal de Gestão de Habitação da Figueira da Foz, Empresa Municipal fazer este seu trabalho.-----

Em nosso entender, hoje qualquer concelho e, fundamentalmente, um Concelho como o nosso tem de ter uma estratégia que vá além das pessoas com insuficiência económica."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, e o independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas c) e d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e sete



votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, e dois votos contra dos membros do Partido Social Democrata Maria Margarida Fontoura e Isabel Gaspar Sousa, aprovar as presentes alterações da organização dos serviços municipais, criando (02) dois Gabinetes - (01) um Gabinete de Estratégia Local de Habitação dependente do Presidente da Câmara Municipal e (01) um Gabinete de Apoio ao Novo Município dirigido pelo Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência - e (01) uma Subunidade Orgânica de Armazém, integrada no Serviço de Contratação Pública, fixando-se em 11 (onze) o número máximo de subunidades orgânicas.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2021

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 da Câmara Municipal da Figueira da Foz, nele se criando cinco postos de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo (dois lugares para colmatar as necessidades dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, de acordo com os rácios atribuídos para este ano letivo; um lugar para a Divisão de Finanças e Património; e dois lugares para a Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos), dez postos de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto para colmatar os novos rácios atribuídos aos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, e cinco postos de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo (dois lugares para a Divisão de Obras e Projetos Municipais e três lugares para a Divisão de Ambiente), documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.---

Subjaz a esta proposta o facto de se ter verificado uma alteração aos rácios de Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais atribuídos aos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, terem ocorrido algumas aposentações, sendo, ainda, essencial reforçar as equipas de apoio às freguesias e de limpeza de edifícios por forma a otimizar os serviços prestados à população.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----



SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Nós analisámos esta proposta de alteração ao Mapa de Pessoal e em nosso entender há aqui, nomeadamente na contratação de assistentes operacionais para as escolas, uma violação clara do art.º 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na medida em que este artigo da Lei aponta para contratos a termo resolutivo certo apenas e tão só em situação de substituições ou de urgências. Ora, as escolas poderão ter um caso em 100 de uma substituição ou de uma urgência, mas o grosso são necessidades permanentes. E, no nosso entender, estes trabalhadores que satisfazem necessidades permanentes do sistema deverão ter como sua figura contratual o contrato por tempo indeterminado.----- De qualquer maneira, nós vamos aprovar porque queremos que haja emprego, mas queremos também que esse emprego tenha direitos e que a legislação seja tida em conta.-----

Sempre nos batemos por estes princípios e desígnios e assim continuaremos a fazê-lo, sendo que esta última parte da minha intervenção serve já como declaração de voto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Em primeiro lugar é salutar o investimento e o recrutamento de trabalhadores com menores habilitações literárias, ou seja, digamos que menos diferenciados, uma vez que todos os recursos humanos são importantes para uma estrutura como a da Câmara Municipal.-----

Em segundo lugar, gostaria de saber se os postos de trabalhos que se encontram por ocupar no Mapa de Pessoal, aliás, muitos deles já aprovados em sede de Assembleia Municipal, já foram alvo de abertura de procedimentos para os ocupar? Dou por exemplo, os cargos de Técnico Superior, Encarregado Operacional da Divisão de Obras e Projetos Municipais, ou os 10 postos de trabalho para Assistentes Técnicos na Divisão de Cultura."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Nós contratamos as pessoas a termo certo no caso concreto, mas na Câmara é exatamente o mesmo. Todas as pessoas que estão a termo, concluindo o seu vínculo se tiverem avaliação favorável e reunirem as condições para se manterem, abrimos concurso para passarem a tempo indeterminado. Queremos dar tranquilidade e estabilidade às pessoas, mas também não queremos carregar o sistema com pessoas que muitas vezes não estão adaptadas àqueles lugares.-----



Estamos também aqui a contratar Assistentes Operacionais e estes três lugares a termo resolutivo para a Divisão do Ambiente são para paulatinamente irmos tendo um número de jardineiros que nos permitam abdicar de algumas contratações externas nestas áreas, porque queremos ter os nossos próprios recursos.-----

Para o posto de trabalho de Assistente Técnico concorreram, se não me engano, 500/600 candidatos e nós socorremo-nos de uma plataforma informática, porque a seleção e as notificações eram praticamente impossíveis de fazer de outra maneira. Mas está em andamento. Aos lugares que nós vamos aprovando temos, agora, na ordem de 1500 pessoas a concorrerem aos concursos abertos. Agora, com a plataforma, que até então não existia e está a ser desenvolvida pela empresa com a colaboração dos nossos serviços e com os apports destes, acreditamos que os processos possam decorrer mais rapidamente.-----

Reitero e sublinho que os trabalhadores que entram a termo certo e sempre que tiverem avaliações positivas, nós criamos a oportunidade de eles poderem concorrer a tempo indeterminado. E deixem-me dizer que, até ao momento, não houve nenhum que não tivesse entrado ao fim desse tempo, porque já têm uma experiência que lhes dá alguma vantagem no outro concurso a ser feito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Simões Jesus, José Fernando Correia, Luis Mendes Ribeiro, Susana Oliveira Monteiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, do Bloco de Esquerda, do independente Manuel Fernandes Domingues e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e dois votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura e Isabel Gaspar Sousa, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2021, nele se criando cinco



postos de trabalho de Assistente Técnico em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo (dois lugares para colmatar as necessidades dos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, de acordo com os rácios atribuídos para este ano letivo; um lugar para a Divisão de Finanças e Património; e dois lugares para a Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos), dez postos de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto para colmatar os novos rácios atribuídos aos Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, e cinco postos de trabalho de Assistente Operacional em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo (dois lugares para a Divisão de Obras e Projetos Municipais e três lugares para a Divisão de Ambiente).-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, elaborado nos termos da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 01 de julho de 2009, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Este Relatório foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, António Simões Jesus, Luis Mendes Ribeiro, Susana Oliveira Monteiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e em cumprimento do disposto na alínea d) do ponto 1.1. da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 01 de julho de 2009, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura,



Isabel Gaspar Sousa e Célia Querido Oliveira, e do independente Manuel Fernandes Domingues, e sem votos contra, aprovar o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2020

Pelo Presidente da Câmara foi presente o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2020, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este Relatório foi previamente enviado aos titulares do Direito de Oposição para se se pronunciarem, caso assim o entendessem, tendo sido rececionadas duas participações escritas, uma da Coligação Democrática Unitária e outra do Partido Social Democrata, as quais mereceram resposta expressa na versão final do Relatório agora presente para aprovação.-----

Este documento foi aprovado em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Susana Oliveira Monteiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, ao abrigo das disposições emergentes da alínea h) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, duas abstenções do membro do Bloco de Esquerda e do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, e cinco votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura e Isabel Gaspar Sousa, dos membros da Coligação Democrática Unitária, e do independente Manuel Fernandes Domingues, aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição relativo ao ano de 2020, elaborado nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de maio.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.6 - MEDIDAS DE APOIO À TESOURARIA DAS EMPRESAS E EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL NO ÂMBITO DA CRISE PANDÉMICA COVID 19 - ALTERAÇÃO DA REDUÇÃO DA TAXA ANUAL AOS CONCESSIONÁRIOS DE APOIO DE PRAIA

No âmbito das medidas de apoio à Tesouraria das empresas e empresários em nome individual face à crise pandémica de Covid 19, foi proposta pelo Presidente da Câmara a derrogação da deliberação de Câmara de 01 de fevereiro de 2021, na parte correspondente à redução, em três duodécimos, da taxa anual devida pelos titulares de Apoios de Praia, propondo-se, agora, uma redução em cinco duodécimos da taxa anual devida pelos titulares de Apoios de Praia.-----

Subjaz a esta proposta o facto deste tipo de negócios ter especificidades próprias, designadamente a assunção de custos acrescidos com natureza fixa em determinados períodos do ano e a natureza do negócio não ser compatível com soluções alternativas para prosseguir a atividade.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro, Susana Oliveira Monteiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021 pelo n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro, e art.º 35.º-U do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, derrogar o item número oito (08) da deliberação correspondente ao ponto 5.4 da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021, e aprovar uma redução do valor da taxa anual, devida pelos titulares de Apoios de Praia Completos e Mínimos, em cinco duodécimos.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----



5.7 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA" E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA O RESPECTIVO FINANCIAMENTO ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO E RATIFICAÇÃO DE TODOS OS ATOS RELATIVOS AO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO COM CONSULTA ÀS ENTIDADES BANCÁRIAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposto que a Assembleia Municipal autorize a realização do investimento de «Eficiência Energética na Iluminação Pública», o seu financiamento através da contratação de um empréstimo de médio e longo prazo até ao montante de 7.950.000,00 €, bem como, a ratificação de todos os atos relativos ao início do procedimento de contratação do empréstimo, com a consulta às entidades bancárias.-----

Esta proposta tem subjacente a enorme relevância do investimento em causa não só do ponto de vista ambiental, mas também, para a melhoria da qualidade da luz e da eficiência da iluminação pública, sendo que não é possível a simples alocação de recursos próprios do Município face ao elevado volume financeiro do investimento, daí a necessidade de se recorrer à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo.-----

Este investimento terá de ter a autorização prévia da Assembleia Municipal dado o seu valor ser superior a 10% das despesas de investimento previstas no Orçamento.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Neste ponto relativo ao Projeto de Investimento de Eficiência Energética na Iluminação Pública, Smart IP Figueira da Foz, gostaria de colocar algumas questões, após análise da documentação.-----

Primeiro, após a concretização do investimento e contratação do empréstimo qual será o real impacto sobre a dívida da Câmara Municipal futura?-----

Segundo, após a aprovação deste processo em sede de Assembleia Municipal e da obtenção do visto do Tribunal de Contas, quando se perspetiva o início da instalação das Unidades Modulares de Iluminação, Comunicação e Sensorização em substituição das luminárias convencionais?-----

Terceiro e último, existe já um plano traçado para esta implementação/renovação? A colocação de dispositivos para a diminuição do consumo energético será feita



de forma faseada freguesia a freguesia, ou de uma forma transversal em todo o Concelho?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, além do estudo teórico feito, quer pelos técnicos eletrotécnicos quer pelos economistas, nós quisemos ir mais longe e ter evidências e, por isso, fizemos um projeto piloto em Vila Verde. Com a extrapolação do projeto-piloto, dizem-nos que aquilo que poupámos em relação ao que pagávamos no passado ainda permite um retorno anual na ordem dos 60.000/70.000 euros.-----

Como sabem, um pouco depois de tomarmos posse e também devido à crise que o país passou, o Imposto sobre o Valor Acrescentado da iluminação pública passou de 6% para 23%, o que foi um aumento muito considerável. Nós estávamos numa situação muito difícil, como é do conhecimento público, e tivemos de tomar algumas medidas muito complicadas - eliminar, reduzir e apagar muitos postes de iluminação pública.-----

A analogia que estamos a fazer é aquilo que se poupa com a situação atual, mas a situação futura será ligar todos estes 22.500 braços de iluminação pública. Por isso, a poupança estimada é de 60.000 euros/ano.-----

Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, permita-me dizer aqui duas coisas. Se há alguma dívida boa, é esta. É um empréstimo que se paga e se amortiza e ainda tem retorno. Aliás, este é dos poucos mesmo bom, porque associado a isto temos, ainda, a redução da emissão de gases com efeito estufa e a contribuição para a neutralidade carbónica em 2050. Se há algum investimento que salvaguarda a perspetiva geracional, é este quer em termos de investimento quer em termos de ambiente. A acrescentar ainda que com os dados de hoje, com o valor do spread a ser contratualizado, se não me engano a 0,64%, estes ganhos ganharam uma outra escala.-----

É evidente, nós podíamos ter aqui um negócio muito mais lucrativo, que era só substituir na zona urbana onde temos luminárias com 250 Watts e a poupança seria muito maior, mas nós quisemos tratar de igual todo o Concelho, desde a Zona Rural à Zona Urbana. Todo o Concelho vai ter braços de iluminação pública equipados com Leds com 2.800 graus Kelvin, aquela luz muito próxima do Sol, aquela luz que contrariamente à iluminação pública de 7.000 ou de 4.000 graus Kelvin, mas, fundamentalmente, à de 6.000 graus Kelvin, causam depois dificuldades às pessoas adormecerem, segundo alguns estudos apontam.-----



Portanto, tudo isto foi contabilizado e avaliado, como lhe disse há pouco. Este processo ainda tem a vantagem de poder ser rentabilizado em termos de contadores de água/telemetria, contribuindo para a redução das percas. Estas luminárias podem ajudar-nos a fazer contagens de tráfego e sinalizam de imediato quando alguma está fundida. No concurso a ser lançado há uma garantia de 10 anos, isto é, o fornecedor obriga-se a repor todas as luminárias que avariem durante esse período. Com este sistema, qualquer morador que queira ter um veículo elétrico ou Plug-in e que não tenha garagem, pode pedir uma consola e ter um ponto de carregamento à porta de casa. Este parece-me o tipo de projeto que todos nós queremos fazer, todos nós queremos votar favoravelmente e todos nós queremos estar associados.-----

Visitem Vila Verde e vejam a satisfação das pessoas hoje com esta iluminação no espaço público. Não ouvi uma única crítica! Deixe-me, ainda, dizer que o sistema está a funcionar a 50%, a 80% teríamos de andar de óculos escuros, mas permite a chamada curva banheira, ou seja, quando o pôr do Sol se coloca ter a iluminação no máximo, um efeito semelhante aquando entramos num túnel em que os nossos olhos tem algum período de adaptação. Portanto, mal o Sol se põe e a escuridão começa temos logo a iluminação no máximo, depois cai para níveis baixos naqueles períodos em que ninguém circula, e volta a subir para níveis na ordem dos 50% quando o Sol começa a nascer.-----

Estes Leds são de grande qualidade, mas na perspetiva de eles poderem perder alguma qualidade de iluminação ao longo dos 10 anos, o sistema está suficientemente sobredimensionado para nós, em vez de o ter a 50%, se o tivermos a 55% continuarmos com os locais muito bem iluminados. Este é um processo que anda a ser trabalhado há 8 anos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Além da satisfação que todos os Vilaverdenses demonstraram com a nova iluminação, quem puder e tiver a oportunidade de se deslocar a Vila Verde pode verificar que é uma constatação indubitável.-----

Também iremos ter a possibilidade de fazer o controlo dos contentores de lixo urbano e do estacionamento existente na Freguesia.-----

São mais valências a complementar todo este projeto que, de facto, deve orgulhar todos nós figueirenses. E quando ele estiver todo concluído, será talvez um exemplo não só para a Figueira, não só para o nosso país, mas tenho a certeza



para alguns países na Europa, que nos virão visitar para ver este projeto em funcionamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputado municipal Christopher Maia Oliveira, depois do visto do Tribunal de Contas e da consignação, o concurso prevê instalar 5.000 luminárias por mês, ou seja, depois de a empresa ter o material - e hoje alguns destes materiais são importados e é um pouco complexo - acreditamos que entre cinco a seis meses todo o Concelho tenha a nova iluminação Led.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes dos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e art.º 164.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, quatro abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, Isabel Gaspar Sousa e Célia Querido Oliveira, e do independente Manuel Fernandes Domingues, e sem votos contra:-----

1 - autorizar a realização do investimento de «Eficiência Energética na Iluminação Pública», com o valor estimado de 7.499.995,50 € (sete milhões quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta cêntimos) acrescido de Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor;

2 - autorizar o financiamento do investimento mencionado no item anterior com recurso à contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 7.950.000,00 € (sete milhões novecentos e cinquenta mil euros), com prazo de amortização de 10 (dez) anos, mais até 01 (um) ano de carência, correspondendo este ao prazo de realização do investimento;-----

3 - ratificar e convalidar todos os atos e efeitos subsequentes relativos ao início do procedimento de contratação do empréstimo, com a consulta às entidades



bancárias.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.8 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO VALOR DE 7.950.000,00 €, PARA FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO "EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA" - RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Pelo Presidente da Câmara foi proposta a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo a celebrar com o Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, até ao montante de 7.950.000,00 € (sete milhões noventa e cinquenta mil euros), destinado ao financiamento do investimento de «Eficiência Energética na Iluminação Pública», cuja informação dos serviços financeiros se dá aqui por integralmente reproduzida, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

O processo foi precedido de despacho do Presidente da Câmara de 19 de março de 2021, ratificado em sede de reunião de Câmara de 05 de abril de 2021, bem como, de auscultação à Caixa Geral de Depósitos, S.A., Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, Banco Comercial Português, S.A., Caixa Económica Montepio Geral, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, CRL., Novo Banco, S.A., Banco Santander Totta, S.A., Bankinter, S.A., Eurobic - Banco BIC Português, S.A. e Banco CTT, sendo acompanhado do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município da Figueira da Foz, em cumprimento das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 25 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação.-----

Das propostas apresentadas a do Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta foi considerada a mais vantajosa para o Município, tendo em atenção o spread de 0,74% e a componente de determinação da taxa de juro variável, indexada à Euribor a 06 meses (base 360 dias).-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Mendes Ribeiro e Victor Santos Madaleno, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques,



Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do n.º 1 e n.º 4, ambos do art.º 25 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 5 do art.º 49.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ambas na sua última redação, e verificados os requisitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º do último diploma invocado, deliberou, por maioria, com vinte e oito votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, Isabel Gaspar Sousa e Célia Querido Oliveira, e um voto contra do independente Manuel Fernandes Domingues, aprovar a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo para financiamento do investimento de «Eficiência Energética na Iluminação Pública», junto do Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, até ao montante de 7.950.000,00 € (sete milhões novecentos e cinquenta mil euros), com prazo de amortização de 10 (dez) anos, mais até 01 (um) ano de carência, reembolso em prestações semestrais e postecipadas sucessivas constantes de capital e juros, taxa de juro indexada à Euribor (base 360 dias) a seis meses acrescida de um spread de 0,74%, e possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida, sem qualquer penalização para o Município, desde que, no final de um período de contagem de juros e com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.9 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2021

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.----

Esta revisão tem subjacente as reprogramações financeiras dos investimentos «Adaptação de edifício da Freguesia de Maiorca a Extensão de Saúde», «Construção do Centro de recolha Animal (CRO) para alojamento de canídeos» e «Beneficiação de pavimentos, incluindo passeios, na Rua Direita», com a inscrição das correspondentes dotações em 2022; a inscrição das novas ações «Intervenção nas praias - Recuperação/estabilização do cordão dunar entre a Praia de Quiaios e a Murtinheira - Passadiços (T. verba)» atendendo à alteração da forma de realização da despesa de empreitada para transferência de verba, e «Cartão Jovem Municipal - Aquisição de outros serviços»; a inscrição de novas ações



plurianuais «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais», «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - 2.ª Fase - Requalificação do Parque existente», «PEDU - Mobilidade - Aquisição, instalação e concessão de exploração do sistema de bicicletas partilhadas na Figueira da Foz - 2.ª Fase - Implementação» e da correspondente participação comunitária prevista para 2021, «PEDU - Mobilidade - Aquisição, instalação e concessão de exploração do sistema de bicicletas partilhadas na Figueira da Foz - 2.ª Fase - Execução de estações - Trabalhos preparatórios», e «Aluguer operacional de viaturas elétricas (Fundo Ambiental) - 2.ª Fase»; a alteração da designação da ação «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Construção» para «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - 1.ª Fase - Ampliação e Rede de Saneamento» e o ajustamento da correspondente plurianualidade e do valor da participação comunitária prevista para 2021; o ajustamento da plurianualidade do investimento «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Aceleradora de Empresas»; a inscrição da dotação em 2022 nas ações «Área Empresarial de Vale Murta - Aquisição de Terrenos» e «Aquisição e/ou expropriação de terrenos» e na ação «Eficiência Energética na Iluminação Pública» considerando o cenário de um mês de obras em 2022; e o ajustamento do valor previsto para a execução da empreitada «Casa da Renda de Alhadas».-----
Esta 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Primeiro, em relação ao Programa de Reabilitação de Habitações Municipais, quantas habitações ou quantos fogos serão alvos da presente reabilitação?-----

Segundo, em que fase de desenvolvimento se encontra a construção do Centro de Recolha Oficial para Alojamento de Canídeos da Figueira da Foz?-----

Terceiro, em que fase se encontra o Projeto da Extensão de Saúde de Maiorca?----
Para terminar, que benefícios farão parte do Cartão Jovem Municipal e cujo ajustamento à dotação foi feito face aos encargos previstos?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O deputado municipal Christopher Maia Oliveira está-se a referir a estes 10.000 euros que aqui estão colocados? São para requalificar duas habitações no âmbito do Regulamento aprovado nesta Assembleia Municipal.---



Não queremos que as pessoas tenham habitações degradadas ou algum problema em termos de acessibilidades. Não queremos que sejam «obrigadas» a mudar de casa e de freguesia e se sintam desenraizadas.-----

Relativamente ao Centro de Recolha Oficial para Alojamento de Canídeos assim que isso for aprovado e a ata esteja feita, estamos em condições de lançar o concurso. O custo foi além daquilo que nós queríamos, por isso é que teve de haver esta adaptação.-----

Quanto ao Cartão Jovem Municipal pedia ao Presidente da Assembleia Municipal para a Vereadora Mafalda Mendes Azenha poder esclarecer a questão, dado estar mais por dentro do processo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Mafalda Mendes Azenha.-----

VEREADORA MAFALDA MENDES AZENHA: “Esta alteração foi apenas um ajustamento ao orçamento inicial que tínhamos feito para a cabimentação dos valores iniciais. Por lapso, não foi contemplada uma verba para a Movijovem, destinada à gestão da plataforma informática associada ao Cartão Jovem.-----

Quanto aos benefícios associados ao Cartão Jovem não estão refletidos nesta Revisão porque foram contemplados no orçamento inicial. Os benefícios são os habituais, por ser um Cartão Jovem Municipal está sempre associado ao Cartão Jovem gerido pela Movijovem, usufruindo dos seus descontos a nível nacional e internacional, mais aqueles que nós quisermos adicionar no âmbito do Turismo Municipal, nomeadamente quanto à possibilidade de as lojas e os serviços a nível municipal aderirem, com um valor de percentagem de desconto que entendam, com um mínimo de 10% e o máximo de 100%, e ao qual vamos adicionar uma inovação - contemplar também com uma percentagem de desconto os atletas inscritos nos clubes e entidades associativas.-----

A ideia é os clubes poderem dar uma percentagem de desconto até um determinado limite de atletas, compensando depois a Câmara Municipal as associações desportivas para que elas não percam rendimento e sim, consigam atrair novos atletas e mais praticantes.-----

Isto, se já tinha sido pensado numa perspetiva de apoio aos clubes e ao desporto mais sentido tem agora quando se trata de retomar a atividade desportiva.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido



Socialista, Victor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, e o independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e cinco votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, e do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, Isabel Gaspar Sousa e Célia Querido Oliveira, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021, tendo como objetivo as reprogramações financeiras dos investimentos «Adaptação de edifício da Freguesia de Maiorca a Extensão de Saúde», «Construção do Centro de recolha Animal (CRO) para alojamento de canídeos» e «Beneficiação de pavimentos, incluindo passeios, na Rua Direita», com a inscrição das correspondentes dotações em 2022; a inscrição das novas ações «Intervenção nas praias - Recuperação/estabilização do cordão dunar entre a Praia de Quiaios e a Murtinheira - Passadiços (T. verba)» atendendo à alteração da forma de realização da despesa de empreitada para transferência de verba, e «Cartão Jovem Municipal - Aquisição de outros serviços»; a inscrição de novas ações plurianuais «Programa de Reabilitação de Habitações Municipais», «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - 2.ª Fase - Requalificação do Parque existente», «PEDU - Mobilidade - Aquisição, instalação e concessão de exploração do sistema de bicicletas partilhadas na Figueira da Foz - 2.ª Fase - Implementação» e da correspondente comparticipação comunitária prevista para 2021, «PEDU - Mobilidade - Aquisição, instalação e concessão de exploração do sistema de bicicletas partilhadas na Figueira da Foz - 2.ª Fase - Execução de estações - Trabalhos preparatórios», e «Aluguer operacional de viaturas elétricas (Fundo Ambiental) - 2.ª Fase»; a alteração da designação da ação «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Construção» para «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - 1.ª Fase - Ampliação e Rede de Saneamento» e o ajustamento da correspondente plurianualidade e do valor da comparticipação comunitária prevista para 2021; o ajustamento da plurianualidade do investimento «Requalificação/Ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz



- Aceleradora de Empresas»; a inscrição da dotação em 2022 nas ações «Área Empresarial de Vale Murta - Aquisição de Terrenos» e «Aquisição e/ou expropriação de terrenos» e na ação «Eficiência Energética na Iluminação Pública» considerando o cenário de um mês de obras em 2022; e o ajustamento do valor previsto para a execução da empreitada «Casa da Renda de Alhadas».-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

5.10 - PROCEDIMENTO PARA A "AMPLIAÇÃO DO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE BICICLETAS PARTILHADAS NA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ"

Pelo Presidente foi proposto o início de um procedimento para «Ampliação do fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema de Bicicletas Partilhadas», através de Ajuste Direto, com recurso a critérios materiais nos termos dos art.ºs 24.º e 27.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e em cumprimento do ponto 18 do Aviso n.º Centro-06-2021-16, e, ainda, com fundamento no facto de o adjudicatário/concessionário e o operador local reunirem todas as condições, terem manifestado interesse na ampliação da rede do Sistema de Bicicletas Partilhadas pretendida pelo Município da Figueira da Foz, e esta ampliação ir ao encontro das políticas municipais na área da promoção da mobilidade ativa.-----

Integram o processo as peças do procedimento de ajuste direto (Convite e Caderno de Encargos), documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Christopher Maia Oliveira.-----

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Primeiro, em relação aos cerca de 380.000 euros investidos para a ampliação do Sistema de Bicicletas Partilhadas em todo o Concelho, qual será a percentagem alvo de comparticipação de fundos europeus?--- Segundo, tem 16 novas estações, 124 docas e 65 bicicletas, estão divididas por quatro Freguesias das 14 do Concelho - Buarcos e São Julião, Tavarede, Vila Verde e São Pedro. Por que razão só estas Freguesias fazem parte da ampliação do Sistema de Bicicletas Partilhadas? Perspetiva-se o alargamento futuro para o resto do Concelho?-----



Terceiro e último ponto - Existe um relatório, pelo menos não consta na documentação anexa, acerca da evolução do sistema inicialmente instalado, com números específicos acerca dos equipamentos utilizados, do número de utentes e de utilizadores, do número de percursos utilizados, e da evolução de receitas e despesas? Em caso afirmativo, esse relatório corroborou inequivocamente a ampliação do presente Sistema de Bicicletas Partilhadas?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Algumas das perguntas que iríamos colocar já o deputado municipal Christopher Maia Oliveira as fez. No entanto, gostaríamos de reforçar a ideia de que este sistema deveria ser alargado a outras Freguesias.-- Deixo aqui duas referências: passa-se dos cinco anos, com possibilidade de prorrogação de duas vezes três anos, para 5 anos com possibilidade de prorrogação de duas vezes cinco, ou seja, quinze anos. Nós achamos que deveria ser os 5 anos, com possibilidade de prorrogação de duas vezes três anos. E, depois, passa-se dos 120 dias para os 200 dias, nomeadamente no prazo de fornecimento.-----

É muito pertinente tentar perceber qual foi a utilização e a prestação da empresa, e esses dados não nos foram facultados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Foram 65 bicicletas elétricas que são aquelas com maior procura ou com procura preferencial. Este número foi adaptado ao valor que nos permitisse um financiamento de 85%. Estas 16 estações são distribuídas também na perspetiva disto não ser um serviço só para turistas, mas de servir também as zonas mais residenciais, num trabalho que a equipa concessionária nos apresentou.-----

Existe um relatório e, desde já, as minhas desculpas por não integrar a documentação, mas posso disponibilizá-lo, embora este tempo não seja o tempo certo para o fazer, permitir-vos-á inferir a utilização.-----

Quando há oito/nove anos falava com a Eng.^a Paula Teles, uma grande especialista em mobilidade, e perguntava como é que nós podíamos ter uma mobilidade diferente e como poderíamos incentivar a mobilidade suave, ela respondeu-me «a primeira coisa a fazer é pôr bicicletas, se houver bicicletas as pessoas andam de bicicletas e, depois, trabalhar as ciclovias». E é isto que estamos a fazer!---- Não ampliamos a todas as Freguesias porque, na verdade, nós estamos a tentar que



o modelo cresça, mas fundamentalmente, também os Presidentes de Junta tiveram há pouco tempo aqui a apresentação das ciclovias que estamos a projetar e, ainda, porque o próximo quadro comunitário tem financiamentos na ordem dos 50% para a parte ambiental e da mobilidade suave. Daqui para a frente, o sistema vai estar a crescer devido à construção destas importantes ciclovias.-----

Relativamente às Freguesias, são aquelas que têm maior densidade e não vale a pena eu pôr bicicletas numa Freguesia onde depois não há estes pontos de ligação. Fundamentalmente, a bicicleta elétrica dá-nos um raio de ação um pouco diferente. Há estudos que dizem que na bicicleta elétrica as pessoas deslocam-se num raio de 15 quilómetros, o que permite cobrir todo o Concelho. Vamos percebendo como é a adesão e vamos alargando o processo.-----

Nestas freguesias ponderou-se a relativa proximidade para as escolas de maior densidade. Em Tavadrede pareceu-nos importante por ter a Casa do Paço e porque, embora a Escola Secundária /3.º Ciclo do Ensino Básico de Cristina Torres esteja na Freguesia de Buarcos e São Julião, os alunos de Tavadrede deslocam-se para lá. Permitam-me uma sugestão, quando tiveram um pouco de tempo visitem o novo Cabedelo. Ainda ontem recebi mais uma marca internacional que quer instalar-se no Cabedelo. Tem havido uma grande procura. O Cabedelo está com uma forma completamente diferente, mas não pode acolher todas as pessoas que querem ir para lá de carro.-----

Temos também já lançado o concurso da embarcação elétrica com painéis fotovoltaicos. Essa embarcação prevê a passagem de seis bicicletas, mas achamos nós que também era importante ter bicicletas do outro lado e temos uma estação junto ao ancoradouro do barco e outra no Hospital Distrital da Figueira da Foz. Assim, numa primeira fase, quem quiser fazer esta travessia de barco pode agarrar numa bicicleta junto ao barco e ir trabalhar para o Hospital.-----

Senhores deputados o trabalho está a ser desenvolvido para crescer de forma sustentável, mas só é possível fazer este conjunto enorme de obras e investimentos porque temos tido a preocupação de nos candidatarmos a fundos comunitários. -----

Se não me falha a memória, hoje o investimento associado a fundos comunitários é na ordem de 35 milhões de euros, alguns a 100%, outros a 85%, alguns a 74% e 46%, mas a média de comparticipação é de 79%.-----

Permitam-me também dizer-vos que no global há mais investimento da zona urbana, mas com fundos próprios a maior parte do investimento é na zona rural porque, na



realidade, estes investimentos da zona urbana são só alavancados por 21% dos fundos próprios.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Eu não quero ofuscar esta luminosidade toda e não quero como diz o meu amigo Batista armar-me em «galinha preta», mas não acha o senhor Presidente da Câmara estranho que haja tantos valores para tudo isto e no Programa de Apoio à Redução Tarifária gasta-se 4.900 euros! Alguma coisa está mal."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "No Programa de Apoio à Redução Tarifária entramos com 4.000 euros. Se não me engano, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra põe cerca de 600.000/800.000 euros para as pessoas terem uma redução de 50% em todos os passes ferroviários e rodoviários. Esse é um valor diferente, trata-se apenas do valor da comparticipação do Município da Figueira da Foz.-----
Permita-me dizer-lhe também que ainda em agosto/setembro o transporte flexível e a pedido poderá ser uma realidade nas zonas rurais, quer na zona Norte quer na zona Sul. Portanto, também estamos a gastar dinheiro com esses serviços.-----
A mobilidade é algo que nos preocupa muito! De qualquer maneira, eu não estou nem desejo estar na Comissão Europeia e estes valores e esta estratégia é definida pela União Europeia, mas permitam-me também dizer-vos que, como parte desta estratégia, eu concordo. -----

Temos a obrigação de deixar um Planeta às gerações vindouras e esse Planeta exige-nos caminhar rapidamente para a neutralidade carbónica."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, e o independente Manuel Fernandes Domingues, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento para «Ampliação do fornecimento, instalação e concessão de exploração do Sistema



de Bicicletas Partilhadas», através de Ajuste Direto, com recurso a critérios materiais nos termos dos art.ºs 24.º e 27.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e a celebrar o consequente contrato de concessão, cujas condições gerais são as constantes das peças do procedimento concursal agora aprovadas.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.11 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS CONCEDIDAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 19 DE DEZEMBRO DE 2019 E 18 DE DEZEMBRO DE 2020 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 08 de abril de 2021, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2019 e 18 de dezembro de 2020, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número sete à presente ata.----- Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 19 de abril de 2021.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, e o independente Manuel Fernandes Domingues, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência das autorizações prévias genéricas favoráveis à assunção de compromissos plurianuais, concedidas pelas deliberações da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2019 e 18 de dezembro de 2020.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Agora, concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho



Pinto, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Leila Fidalgo Ferreira, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, e o independente Manuel Fernandes Domingues, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e cinquenta e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.----